

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

**A DESIGNAÇÃO CAMELÔS EM CÁCERES: OS
SENTIDOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS NA
FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA**

BELIA FANTINA BONINI PINTO DE ARRUDA

Unicamp
Agosto de 2000

BELIA FANTINA BONINI PINTO DE ARRUDA

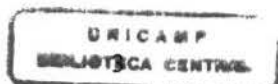
UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANT

**A DESIGNAÇÃO CAMELÔS EM CÁCERES: OS
SENTIDOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS NA
FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2000



4807 0 1087

UNIDADE: BC
 N.º CHAMADA: TI/UNICAMP
Ar69d
 V. Ar69d Ex. 1
 TOMBO BC/ 43466
 PROC. 16-392101
 C ☐ D ☒
 PREÇO R\$ 11,00
 DATA 26/01/04
 N.º CPD

✓

CM-00153361-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Ar69d

Arruda, Belia Fantina Bonini Pinto de

A designação camelôs em Cáceres: os sentidos nas relações comerciais na fronteira Brasil/Bolívia / Belia Fantina Bonini Pinto de Arruda. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lingüística. 2. Semântica. 3. Sujeito(Filosofia). 4. Setor informal (Economia) - Brasil - Bolívia. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Belia Fantina Bonini
Pinto de Araujo —
e aprovada pela Comissão Julgadora em
25 / 10 / 2000.

Esta Dissertação foi apresentada e defendida perante Comissão
Examinadora constituída dos seguintes professores:

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães - Orientador

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Profa. Dra. Maria Onice Payer

Campinas, 10 de agosto de 2000

AGRADECIMENTOS

Um carinho especial ao Luciano com quem compartilho muitos sentidos em todos os momentos possíveis.

Ao Gabriel e à Taiane, razão do meu existir, que com paciência compreenderam minha ausência.

À minha mãe, que longe, porém não distante (sempre está no meu coração), me ensinou a vencer os obstáculos, fazendo-me entender que existe um Deus que nos ilumina quando temos fé.

Aos professores do Minter, que me mostraram os diversos caminhos que se abrem através da Lingüística.

Ao Professor Eduardo Guimarães, meu orientador, que com a sua tranquilidade e segurança se tornou responsável por meu encantamento pela Semântica.

À Professora Mônica Zoppi-Fontana, por todos os momentos em que se fez presente, me apontando caminhos que me inspiraram para realizar este trabalho.

Aos Professores da banca examinadora, pelas importantes críticas e sugestões.

À UNEMAT e CAPES, pela oportunidade e apoio financeiro.

Às minhas amigas do *coração* com quem compartilhei esta aventura - obrigada!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I. A Constituição do Comércio Informal de Fronteira em Cáceres	17
CAPÍTULO II. Constituição do Corpus e Procedimento de Análise	25
CAPÍTULO III. Das Designações: Camelôs e Camelôs	35
3.1. Camelô brasileiro: relações contraditórias que constroem sentidos	39
3.2. Camelô brasileiro, camelô boliviano ou simplesmente ‘camelôs’?	43
3.3. Camelô boliviano e suas designações: ‘formiguinha’ e ‘colla’	53
3.3.1. Análise da designação ‘formiguinha’	53
3.3.2. Análise da designação ‘colla’	57
CAPÍTULO IV. Peregrinação no Espaço Urbano: Da Calçada para a Praça e da Praça para um Terreno Próprio	61
4.1. Deslocamento no espaço da cidade	61
4.2. As implicações do dizer: ‘problema social’	65
CAPÍTULO V. O Sentido de Legalidade/Ilegalidade nas Relações Comerciais de Fronteira	67
CAPÍTULO VI. Considerações Finais	73
VII. Abstract	79
VIII. Referências Bibliográficas	81
VIII. Anexos	85

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a designação *camelôs brasileiros* e *camelôs bolivianos* na cidade de Cáceres. Primeiramente gostaria de chamar a atenção para a atividade da economia informal na cidade de Cáceres, mais especificamente a ligada aos comerciantes chamados camelôs. Observamos nesta cidade um fato curioso e muito interessante, pois além dos camelôs brasileiros também existem camelôs bolivianos comercializando lado a lado, aparentemente, sem nenhum conflito. Digo aparentemente já que por meio de entrevistas feitas com comerciantes formais, camelôs brasileiros e camelôs bolivianos, (que constituíram o corpus da pesquisa), encontrei elementos que me proporcionaram delimitar os recortes para as análises semântico-enunciativas. Estes recortes me permitiram discutir a questão da designação de camelôs brasileiros e camelôs bolivianos

Na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, Guimarães (1995), encontrei os conceitos teóricos e descritivos que me permitiram mostrar nas análises como estes conflitos se dão no acontecimento enunciativo. Pelas análises também aparece como a designação *camelô* funciona na enunciação a partir das diferentes relações, sejam elas sociais, econômicas ou jurídicas. E a partir deste estudo poder explicar a posição e o lugar social do camelô brasileiro e do camelô boliviano que trabalham numa economia informal, e que em alguns momentos são enunciados de uma posição de legalidade e em outros da posição de ilegalidade.

Palavras-chave:

Semântica da Enunciação. Enunciação. Designação. Locutor. Enunciador. Sujeito. Camelôs.

APRESENTAÇÃO

“ (...) a enunciação enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua. (...) algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem.(...) o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. (...) o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa sua diferença” (Guimarães 2000).

Este trabalho tem como objetivo estudar a designação *camelôs brasileiros* e *camelôs bolivianos* na cidade de Cáceres. Na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, Guimarães (1995), estaremos analisando os sentidos que se instalam e que se apagam no processo designativo dos camelôs. Pelas análises também devem aparecer como a designação *camelô* funciona na enunciação a partir das diferentes relações, sejam elas sociais, econômicas ou jurídicas.

Na economia da cidade de Cáceres, quero chamar a atenção para a atividade da economia informal, mais especificamente a ligada aos comerciantes chamados camelôs. Existe nesta cidade um fato curioso e interessante, pois além dos camelôs brasileiros também existem os camelôs bolivianos. Como se sabe a cidade de Cáceres está na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Estudaremos como os comerciantes formais e os camelôs brasileiros nomeiam os camelôs brasileiros e os camelôs bolivianos. Inclusive como eles sustentam suas posições frente aos outros. E a partir deste estudo esperamos poder explicar a posição e o lugar social do camelô brasileiro e do camelô boliviano que trabalham numa economia informal, e que em alguns momentos são enunciados de uma posição de legalidade e em outros da posição de ilegalidade.

Em 1992, como parte das atribuições do prefeito Dr. Antônio Fontes para controlar esta economia informal, que estava crescendo rapidamente, como também pela pressão da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) da cidade de Cáceres,

os comerciantes ambulantes foram obrigados a permanecer num lugar específico determinado pela Prefeitura onde os mesmos pudessem comercializar os produtos livremente.

Vale a pena ressaltar que os produtos na sua grande maioria eram ilegalmente importados. Menciono este fato porque nas análises vamos abordar também o sentido de legalidade/ilegalidade instalado na discursividade dos atores sociais, a partir do lugar que assumem nas relações da economia informal: camelôs brasileiros, camelôs bolivianos, Prefeitura, Receita Federal, e CDL, entre outros.

O local escolhido pela Prefeitura para instalar os camelôs foi uma pequena praça atrás da Estação Rodoviária, localizada um pouco distante do centro e do comércio principal. Essa escolha sustenta-se na justificativa de que a circulação de pessoas nessa área é muito grande e constante. Logo este local ganhou diversos nomes como Shopping Paraguai, Shopping Center do Paraguai, Paraguaizinho e Camelódromo.

Os comerciantes foram cadastrados para que assim se pudesse cobrar dos mesmos uma taxa, que a Prefeitura deixou bem claro não ser um alvará, nem imposto, mas uma simples taxa mensal. Os camelôs brasileiros então trataram de formar uma associação para se defenderem, tanto da Prefeitura como do CDL, como também dos camelôs bolivianos que vendiam as mesmas mercadorias um pouco mais baratas.

Se a intenção do Prefeito, ao cadastrá-los e mantê-los num local específico, era a de impedir o aumento desse tipo de comércio, sua tentativa não obteve êxito. Pelo contrário, com o aumento do desemprego, a quantidade de camelôs brasileiros e camelôs bolivianos praticamente dobrou, e agora, de certo modo, passam a formalizar o comércio informal ao estabelecer um estatuto que satisfaz os critérios instituídos pela Prefeitura.

Hoje, existe uma associação de camelôs brasileiros e que tem seu estatuto próprio. Eles se organizaram e compraram um terreno que foi vendido para cada camelô brasileiro. O camelô boliviano interessado pode fazer parte desta associação, porém tem que estar com a sua documentação federal em dia, como passaporte, etc.

Depois de organizados fizeram alguns acordos entre eles como, por exemplo: só vendem roupa os camelôs bolivianos e os camelôs brasileiros só vendem brinquedos, artigos para casa, artigos de pescaria e material esportivo. O preço das mercadorias é o mesmo em todas as barracas e cabe ao freguês pechinchar na hora de

CAPÍTULO I

A CONSTITUIÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL DE FRONTEIRA EM CÁCERES

Em função dos objetivos deste trabalho faz-se necessário entender o significado de uma economia informal no Brasil. Por economia informal entende-se uma atividade desenvolvida de forma não regulamentada e que possui várias denominações como economia subterrânea, economia oculta e economia invisível. A economia informal se caracteriza por comercializar, produzir, gerar emprego, importar e exportar sem pagar impostos e sem possuir um controle das suas despesas e receitas. O fato de o produtor direto ser o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou do estoque de bens para realização do seu trabalho, além de empregar a si mesmo e aos familiares que participam dos processos de produção, é a principal característica deste setor. O dinheiro que é obtido com a venda dos produtos não só serve para o consumo individual e familiar como também é utilizado para a manutenção das atividades econômicas. O vínculo entre os que trabalham é impessoal e meramente de mercado (Cacciamali, 1982).

O *Novo Dicionário da Economia* (1986), define economia informal como parte da economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços. Sua denominação vem do fato de que a maioria destas unidades não é constituída de acordo com as leis vigentes, não recolhe impostos, não mantém uma contabilidade de suas atividades, utiliza-se geralmente da mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não são registrados.

Segundo o economista Márcio Pochmann, da Unicamp, as taxas de investimento na década de 90, em relação ao PIB, são inferiores às registradas nos anos 80. Isto se deve ao fato de que nos anos 90 ocorreu uma ampliação das ocupações não-assalariadas e das assalariadas sem carteira de trabalho e, ao mesmo tempo, os empregos com registro em carteira diminuíram.

Ele completa dizendo que a estratégia que o trabalhador não-assalariado adota não pode nem deve ser desejado como futuro, pois a pessoa não tem acesso à previdência e aos direitos sociais.

A revista *Rumos do Desenvolvimento* (1996) publicou que o SEBRAE, em convênio com o Ibase, iniciou um estudo para mapear o mercado informal brasileiro, entendendo que era de suma importância para o país tendo em vista que segundo estimativas diversas, o mercado informal movimentava substancial parte do PIB além de empregar quase que metade da população comercialmente ativa. E, mais ainda, o fato de que este mercado não contribui “com um centavo” para a arrecadação de impostos.

De acordo com o presidente do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE da época, Guilherme Afif Domingos, “... afastamos ainda mais o cidadão da oportunidade de exercer sua cidadania porque, nesse caso, ele é considerado quase um marginal pelo sistema, é preciso mergulhar no fundo dessa realidade de mercado pois não adianta atender apenas os que estão legalizados e desconhecer os que estão na informalidade, (...) e dar condições de tratamento legal e diferenciado ao pequeno empreendedor para que ele possa ter direito à cidadania. Isso porque – eis uma temeridade – a informalidade ainda é a grande alternativa para a sobrevivência de milhões de brasileiros” (1996, n.º 127).

A revista *Estudos Sebrae* (1994:14-15, n.º 5), considera a economia informal como a que soma as atividades legais não registradas ou não detectadas resultantes de diferentes motivações que variam de importância de país para país, mas que está presente em quase todos os países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. É interessante observar que em alguns países a economia informal chega a ser tão importante quanto a economia formal por causa da quantidade de empregos que gera.

Alguns dos fatores que contribuem para este tipo de economia são as políticas governamentais que exigem uma carga tributária elevada que não condiz com a capacidade contributiva do segmento.

Não podendo esquecer também que as normas regulamentares são extremamente burocráticas, o que eleva os custos de uma provável formalização deste mercado.

Assim vemos que, na tentativa de driblar a realidade do desemprego, a problemática deste setor informal segue sem que se tome nenhuma medida que possa ser considerada bem definida.

O Secretário de Política de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Daniel Ribeiro de Oliveira, deu uma entrevista na *Gazeta Mercantil* (1996:A-4,

Set.23) dizendo que, para ele, um dos fatores que contribuiu para aumentar o tamanho do mercado informal de empregos no país foi a Constituição de 1988, que tornou a legislação trabalhista muito severa, e a recessão no período de 1990 a 1992 que levou a um sensível aumento no desemprego brasileiro.

Esta informalidade no mercado de trabalho começou a ser mais evidenciada pela quantidade exagerada de ambulantes que todo dia passa pela fronteira, cruzando a Ponte da Amizade que liga o Brasil com o Paraguai, na tentativa de comprar mercadoria a preços mais competitivos para revendê-los em todo o país.

Pensando especificamente na situação da cidade de Cáceres, com relação à economia informal, observamos que nesta cidade sempre houve ambulantes que comercializavam em diversas partes da cidade sem um lugar fixo, inicialmente eram apenas brasileiros, depois de algum tempo também bolivianos vindos do país vizinho, a Bolívia.

Verificamos através das entrevistas que fizemos que nesse novo comércio informal que se instalou, as relações comerciais que existem entre os comerciantes formais e os camelôs, sejam eles brasileiros ou bolivianos, são caracterizadas por conflitos.

Estes conflitos são evidenciados pelas análises que faremos dos recortes das entrevistas que mostram, por exemplo, que, nessa relação comercial informal, há momentos em que o camelô brasileiro toma o lugar do comerciante formal. Em outros momentos o camelô brasileiro inclui o camelô boliviano nesse comércio informal e em outros momentos o exclui.

Observando estes conflitos na relação comercial do camelô brasileiro com o camelô boliviano no mercado informal em Cáceres, foi que decidimos por utilizar entrevistas para constituir o corpus desta pesquisa.

Antes de descrever a constituição do corpus utilizado para este trabalho, julgamos necessário conhecer um pouco da história da cidade de Cáceres com a intenção de apontar para o fato de ser uma região de fronteira.

Este aspecto é relevante, pois o fato de ser uma região de fronteira entre países, e não só entre cidades ou regiões, acaba dando uma especificidade a esta pesquisa, não só nas questões de trabalho entre os camelôs brasileiros e camelôs bolivianos como também com relação ao fato de serem dois países que possuem duas

línguas diferentes, apontando assim para outra problemática nesse espaço de enunciação¹.

Observando o mapa do Brasil, vemos o estado de Mato Grosso situado na região Centro - Oeste do país, fazendo divisa com os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Pará, Amazônia, Rondônia e também com o país vizinho, Bolívia.

Cáceres está localizada na região sudoeste do estado de Mato Grosso, a 200 km de Cuiabá, capital do Estado, e a 90 km da cidade de San Matias, cidade boliviana que hoje é uma Zona de Livre Comércio (ZLC); conhecida como Princesinha do Paraguai, Cáceres, principal cidade do Pantanal Norte, está situada no extremo norte do Pantanal Mato-grossense, à margem esquerda do rio Paraguai que corta o Pantanal de norte a sul.

O interesse aqui em falar sobre a cidade de Cáceres, deve-se a sua posição geográfica, razão para a existência hoje de camelôs bolivianos comercializando livremente, já que com ou sem autorização das autoridades competentes, eles transpõem a fronteira e se estabelecem em Cáceres competindo com o comércio local oferecendo preços mais competitivos. Os camelôs bolivianos, em menor escala, sempre estiveram presentes nesta cidade comercializando. Não tinham nenhum ponto específico, apenas andavam pelos locais de maior movimento da cidade como a feira-livre ou a rodoviária. Hoje a situação é bem diferente, ao lado dos camelôs brasileiros eles fazem parte de uma classe do comércio local.

A problemática da crise econômica e o aumento do desemprego no país fizeram com que surgissem em quase todas as capitais e cidades esta nova categoria de trabalhador: 'o camelô'. E em Cáceres não foi diferente. Eles aumentaram de tal forma que se misturaram aos camelôs bolivianos. Foi nessa época, em 1992, que os comerciantes da cidade começaram a se preocupar.

Para se ter uma idéia da problemática, o comércio local parou de vender brinquedos em virtude de não conseguirem competir com os preços com que os camelôs comercializavam. Eram produtos importados mais baratos que os produtos nacionais, além de os camelôs não terem que se preocupar em pagar impostos ou qualquer encargo social.

Para ilustrar melhor esta relação peculiar de comércio que existe na região de fronteira entre a cidade de Cáceres e a cidade de San Matias, na Bolívia, na

¹ Sobre o conceito de espaço de enunciação ver Guimarães (1997) e Guimarães (2000).

tentativa de apontar porque elas se diferenciam de outras cidades de fronteira, mostramos o exemplo da cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Ponta Porã está localizada no Mato Grosso do Sul e Pedro Juan Caballero no Paraguai. Aqui a fronteira é delimitada simplesmente por uma rua. De um lado da rua está o Brasil e do outro lado da rua está o Paraguai. Seguindo esta comparação, temos então a cidade de Cáceres no Mato Grosso que faz fronteira com a cidade de San Matias na Bolívia. A distância, porém, entre as duas é de 90 quilômetros.

Estas duas cidades brasileiras (Ponta Porã e Cáceres), que são consideradas cidades de fronteira², apresentam diferenças interessantes a analisar.

Além da distância, que é um aspecto fundamental para trabalhar essa questão da proximidade da fronteira numa outra dimensão (aquela que, diferentemente do senso comum, leva em consideração as diferenças culturais, lingüísticas, ideológicas, etc), um outro aspecto fica evidenciado quando destacamos a relação dos interesses comerciais de cada cidade no que se refere aos grupos sociais informais.

Observa-se que em Ponta Porã, como na maioria das cidades de fronteira, atravessando a rua já se está em outro país, o que facilita a compra de produtos estrangeiros sem problema. Diferentemente, em Cáceres, é preciso andar, a princípio, 90 quilômetros para poder fazer o mesmo. Ou seja, em Ponta Porã os paraguaios não precisam cruzar a rua para vir ao Brasil vender seus produtos, são os brasileiros que vão até o Paraguai comprar, e vice-versa.

No entanto, em Cáceres a situação é diferenciada, o boliviano estrangeiro é que vem comercializar sua mercadoria no Brasil (Cáceres), apontando assim para um fenômeno quanto aos grupos sociais informais, neste caso específico, a questão do camelô boliviano que joga um papel importante nas análises desenvolvidas neste trabalho.

Um outro fato que apareceu é que eles não são os donos das mercadorias que comercializam. Muitas vezes pertencem a algum empresário boliviano de Santa Cruz ou de La Paz.

² Consideramos que o senso comum toma o sentido de fronteira como está definido pelo Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (RJ, Nova Fronteira, 1975:657), ou seja, como “extremidade de um país ou região do lado onde confina com outro; limite, raia, arraia, estremadura”.

O fato de se estar numa região de fronteira, com uma pequena comunidade flutuante de bolivianos, coloca a questão de como a língua significa na constituição dos camelôs bolivianos enquanto cidadãos no Brasil, ou seja, como fica seu direito à cidadania, seu direito a um lugar, a uma inscrição na cidade.

Neste trabalho estamos pensando analisar uma relação comercial informal entre camelôs brasileiros e camelôs bolivianos onde existe um problema de Fronteira.

Como estamos tomando a relação de Fronteira entre países, temos um espaço enunciativo de contato de duas línguas. De um lado temos a cidade de Cáceres (no Brasil), e do outro lado temos San Matias (na Bolívia).

Há um jogo na relação de línguas que está configurado mais especificamente na cidade de Cáceres, porém, no fundo, é esse jogo de fronteira que está aparecendo nesse lugar específico. O movimento de fronteira é predominantemente na divisão Bolívia/Brasil (San Matias/Cáceres).

As línguas em questão são o Português e o Espanhol, ou seja, temos um espaço de enunciação de confronto entre o português e o espanhol, e esta relação está regulada de uma certa maneira que tem a ver com o fato de haver um conjunto de camelôs na cidade de Cáceres.

Esta questão nos leva à configuração de um espaço de enunciação que é definido segundo Guimarães (1997, 2000), “por uma relação regulada entre línguas e falantes que interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas”.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamentos das línguas que se transformam (dividem, redividem, misturam, desfazem) por uma disputa incessante. Estes espaços de enunciação são constituídos pela “equivocidade própria do acontecimento.”

As análises dos dados mostraram que os camelôs bolivianos não fazem nenhuma questão de falar em espanhol, a maioria das vezes eles falam em *portunhol*.

Mas se constatou que o espanhol sempre aparece entre eles ou quando o interlocutor se dirige a eles em espanhol.

Também ficou constatado que é uma população flutuante, ficam por períodos muito curtos, moram de aluguel, ou seja, não têm propriedades, não têm filhos em escolas brasileiras e não têm documentação em dia (houve uma anistia por parte do governo do Brasil para legalizar todos os estrangeiros que estavam

irregulares, porém junto à Polícia Federal nenhum boliviano regularizou sua situação).

Esta relação entre as línguas, esperada nestas condições, é hierarquizada a partir do português, pelo próprio movimento de reidentificação dos bolivianos. Neste processo a nova relação com a língua está constituindo um lugar para que este camelô tenha um lugar para se enunciar ou significar, verificando que quando ele muda de língua não o faz simplesmente porque quer e sim porque isto o constitui como sujeito aqui, numa cidade brasileira. Entendendo que a questão da cidadania se apóia fortemente na questão da língua, não seria sem interesse como está posta essa relação, (a relação: cidadania – língua).

Se neste espaço de enunciação o camelô boliviano assume uma relação com o Português como forma de se identificar como cidadão no Brasil, com a possibilidade de aqui trabalhar, vamos ver como o processo de designação os constitui no discurso dos brasileiros (autoridades locais, comerciantes, camelôs).

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

O corpus para esta pesquisa é constituído por entrevistas feitas com camelôs brasileiros e bolivianos incluindo o presidente da associação dos camelôs, comerciantes formais, presidente do CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), fiscal da Prefeitura, Polícia Federal, e funcionário da Receita Federal.

As entrevistas dos camelôs foram coletadas no local de trabalho dos camelôs, ou seja, no camelódromo, as outras foram coletadas nos respectivos locais de trabalho de cada um.

Com os camelôs brasileiros, as entrevistas transcorreram mais facilmente, após uma pergunta feita, o entrevistado respondia muito além do que se perguntava.

Já com os camelôs bolivianos foi um pouco diferente. As respostas eram curtas, talvez houvesse uma certa desconfiança da parte deles, tanto é que, em muitas das entrevistas, não foi permitido o uso do gravador. Em San Matias, foram gravadas as entrevistas feitas com um professor boliviano e com uma estudante universitária brasileira que estudou em Santa Cruz, Bolívia.

O objetivo era que estas entrevistas mostrassem as diversas opiniões que cada entrevistado tem com relação a este comércio informal que surgiu na cidade de Cáceres.

Das vinte entrevistas feitas, aproximadamente quatorze foram entrevistas gravadas onde encontramos diferentes sujeitos falantes, com destinatários também diferenciados dependendo das situações de enunciação. Colocando em horas daria um material de quinze horas gravadas em fitas cassetes, que depois de transcritas constituiu o material do corpus desta pesquisa.

A transcrição das fitas foi feita sem marcação de aspectos como entonação, pronúncia, e as pausas foram representadas simplesmente por reticências. Usamos também as regras de acentuação gráfica para representar a tonicidade das palavras e o timbre das vogais. Assim, por exemplo, a terceira pessoa do singular do passado perfeito do verbo *aceitar* na qual não houve a pronúncia da semivogal final é transcrita *aceitô*.

O que nos interessa analisar neste corpus são os movimentos de conflito entre os lojistas e os camelôs (brasileiros e bolivianos); entre os camelôs brasileiros e os lojistas; e entre os camelôs brasileiros e os camelôs bolivianos.

Interessa-nos analisar as diversas formas para designar tanto os camelôs bolivianos como os camelôs brasileiros. Como modo de estabelecer o que *camelô brasileiro* e *camelô boliviano* designam vamos analisar também os movimentos de conflito entre os funcionários da Prefeitura, Polícia Federal e Receita Federal e os camelôs, analisando como eles se posicionam ao enunciar sobre a problemática dos camelôs (brasileiros e bolivianos).

Para desenvolver esta análise estabelecemos recortes pertinentes a este material. Para definir os recortes, em que aparecem esses conflitos todos, buscamos em Orlandi (1984:14) o conceito de recorte. Ela o entende como unidade discursiva tomando estas unidades como fragmentos correlacionados de linguagem e situação.

Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. No recorte não há uma passagem automática entre as unidades e o todo que elas constituem.

Guimarães (1987) evidencia, na constituição dessa noção, dois conceitos desenvolvidos pela autora: a incompletude da linguagem e a polissemia.³

Com a noção de incompletude apaga-se a noção de que há um limite que separa o dizer de um e de do outro, para tanto, o que se diz não é completo, parte do sentido de um está no que os outros dizem e vice-versa. Desta forma torna-se possível apreender essa incompletude constitutiva do sentido.

A polissemia "é o processo que na linguagem permite a criatividade, é a atestação da relação entre o homem e o mundo" (Orlandi, 1984, In Guimarães, 1987:14). A multiplicidade de sentidos requer a compreensão de que esta relação é uma relação sobre seu modo de existência histórica, entendida como uma relação que passa pelo outro na interlocução.

Nesta perspectiva a noção de recorte adotada é o lugar onde se pode apreender os sentidos dos enunciados (Guimarães, 1987). Com esta noção de recorte desenvolvemos uma análise enunciativa que nos permite percorrer o corpus transversalmente e não linearmente ou segmentalmente como é próprio de uma análise meramente das formas lingüísticas.

³ Sobre incompletude e polissemia ver Orlandi (1978, 1983, 1992, entre outros).

Neste trabalho os recortes serão definidos partindo da questão de que eles (os recortes) vão permitir discutir a questão da designação de camelôs brasileiros e camelôs bolivianos.

Assim o material das entrevistas será recortado segundo eles contenham referências aos camelôs brasileiros ou bolivianos. Interessa-nos fundamentalmente ver como estas referências se fazem por diversas reescrituras, como notadamente por nomes e pronomes como *nós* e *eles* e formas correspondentes.

Como a proposta neste trabalho é investigar e analisar o que chamamos de conflitos, pretendemos encontrar, na perspectiva da semântica histórica da enunciação, os conceitos teóricos e descritivos que permitam mostrar, nas análises, como estes conflitos se dão no acontecimento enunciativo.

Para explicar como a questão enunciativa é formulada, adoto o conceito de enunciação de Guimarães (1995), que toma a enunciação como um acontecimento histórico. Ele trata a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação é vista historicamente a partir da consideração de que ela é determinada pelas condições sociais de sua existência.

Para desenvolver as análises, estaremos utilizando alguns conceitos de Guimarães (1997, 2000), como espaço de enunciação, cena enunciativa, Locutor e enunciador.

Espaço de enunciação é considerado por ele, tal como já dissemos antes, como um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua. Este espaço de enunciação interessa quando pensamos a relação entre língua e falante, ou seja, retomando Guimarães, "só há língua porque há falantes e só há falantes porque há língua."

O aspecto que interessa aqui é o espaço onde a palavra e as línguas regulam ou disputam um lugar atravessadas pelo político. Esse atravessamento pelo político promove a divisão da língua. Nestes espaços de disputa encontramos falantes divididos pelo seu modo de pensar, pelo seu direito de dizer.

Ou seja, os espaços se "constituem na equivocidade própria do acontecimento". Afirma ele que tal equivocidade decorre, por um lado, de uma deontologia (uma moral e uma ética que regula, organiza e distribui os papéis sociais) e, por outro lado, por um conflito que decorre da própria deontologia promovendo o embate, a redivisão, a disputa pelos papéis sociais.

O autor, entretanto, atenta-nos para o fato de que não se trata de tomar a questão do ponto de vista de uma sociolinguística variacionista. Isto é, entender a questão como uma simples variação da língua. Dito de outra forma, os papéis sociais diferentemente tomados por cada falante na relação com a língua, decorrem da identidade do mesmo dentro dos valores hierárquicos do que poderíamos chamar 'a divisão social da língua'. Portanto, ele afirma que a língua não é variável, mas sim dividida por uma disputa política que promove relações diferentes dos falantes com ela.

Assim, cada falante se identifica exatamente segundo essa divisão. Divisão marcada por uma hierarquia de identidades que distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia. É essa deontologia global da língua que destina o falante "a dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros".

É então essa constatação que permite ao autor afirmar que "enunciar é estar na língua em funcionamento", ou seja, é falar segundo um lugar de disputa e/ou obediência, é exercer uma relação de poder.

Contudo, não se trata de uma vontade ou voluntariedade do falante, nem tampouco de um lugar de assunção de um indivíduo empírico. Enunciar, enquanto processo deontológico, numa língua em funcionamento, implica tomar a linguagem como acontecimento.

A cena enunciativa é este espaço determinado pelo processo deontológico de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. É na cena enunciativa que se constituem modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre os lugares de enunciação e as formas linguísticas. A temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa.

Guimarães define a cena enunciativa como uma configuração específica pela relação entre os lugares de enunciação entre quem fala e para quem. Para melhor colocar este aspecto é preciso configurar o que é o Locutor, e o enunciador.

Parto primeiramente de Ducrot (1987), que, depois de fazer uma distinção rigorosa entre o enunciado (pertence ao domínio do observável) e a frase (não pertence ao domínio do observável), separa o campo do que é falante e ouvinte do que é locutor e enunciador. Para ele o falante/ouvinte não pertencem ao linguístico. O linguístico tem a ver com o locutor/enunciador que são figuras enunciativas que dizem respeito ao sentido (que pertence ao domínio do observável,

dos fatos). "O fato semântico que o lingüista semanticista tem que explicar é que tal enunciado tem tal(is) sentido(s), ou seja, que ele é suscetível de tal(is) interpretação(ões)." (op.cit.p.170)

Ele define a figura do locutor como "um ser que é no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável," é dado a ele toda a responsabilidade da ocorrência de um enunciado. O locutor pode ser distinto do autor empírico do enunciado, inclusive, as vezes ele tem pouca relação com este falante empírico.

Ducrot chama de enunciator uma figura que se expressa através da enunciação sem que se lhe atribuam a ele, palavras precisas. O enunciator aparece pelo fato de que a enunciação é tomada como "expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude." Ele faz uma comparação interessante dizendo que o enunciator está para o locutor, como a personagem está para o autor. Tendo em vista que o autor inventa diversas personagens ele , pode em alguns momentos dirigir-se ao público através delas como se estivessem representando-o, e em outras ele não se assume como autor das falas.

Desta mesma forma o locutor responsável pelo enunciado dá existência a enunciatadores. O locutor pode assumir a posição de um ou outro enunciator, assimilando-o ou não. "O fato de que alguém assume uma certa posição, dá importância a esta posição, mesmo para aquele que não a leva na própria conta".(op.cit.p.193)

Por outro lado, Guimarães (1987), a partir de Ducrot e outros semanticistas, desenvolve um outro trabalho. Para ele a Semântica da Enunciação considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado incorporando o conceito de Polifonia de Bakhtin. O objeto, na teoria dele, "inclui como materialidade lingüística as regularidades enunciativas constituídas historicamente." Afirma ainda, que sua teoria se dá a partir de "impedimentos que as regularidades constituem e não por obrigações resultantes de uma estrutura ou regras" (op.cit.p.29).

Para Guimarães, Locutor é uma figura fora do mundo físico, é uma coisa construída por sentido, constituída dentro do discurso, responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado e é representado no texto pelas formas do *eu*. Guimarães faz duas representações do Locutor: Locutor-L, e o Locutor-Lp. O Locutor-L se representa como fonte do dizer, e o Locutor-Lp é o Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo, aqui deve-se levar em conta que este locutor não pode ser considerado

simplesmente como pessoa referida pelo 'eu', ele deve ser tomado como social e historicamente constituído.

Já o enunciador, ele o define como a figura que estabelece a perspectiva da enunciação que pode corresponder ou a L, ou a Lp. Esta perspectiva pode ser representada de diversas formas como, por exemplo, uma perspectiva genérica que representa um enunciador-genérico.

No entanto, hoje, Guimarães (2000), mantendo sempre, tal como Ducrot, a distinção entre o falante e as figuras de enunciação, fez algumas modificações no seu aparato retomando os conceitos das figuras de locutor e enunciador, entre outros. O Locutor é a figura que se dá como responsável pelo dizer.

Por outro lado considera o locutor-enquanto-pessoa (o locutor-x), isto é, o Locutor tomado como existindo socialmente no mundo e falando. Portanto o locutor-x, enquanto pessoa, é, por exemplo, o locutor-professor, o locutor-aluno, o locutor-presidente, o locutor-camelô. Ou seja, ele é tomado não como um ser físico, mas como pessoa socialmente configurada, ou seja, o locutor-x é o lugar social da enunciação.

Já o enunciador é o lugar do dizer. O Locutor, que se representa como sendo centro do dizer, desconhece que, na verdade, ele fala de um lugar específico. Ele faz isso se dividindo como se ele dissesse de um certo lugar meramente de dizer, que não fosse o lugar de existência dele.

Tomemos o exemplo do Presidente da CDL, Câmara dos Dirigentes Lojistas, quando ele diz que *camelôs*, para ele, seria *vendedor de quinquilharias*. Com isto temos por um lado, uma definição de camelô como vendedor de quinquilharias, mas por outro lado, ele mesmo o define em outro momento como *aqueles comerciantes da cidade*, ou *vendedores ambulantes*.

Observemos isso no recorte a seguir:

(1) “... Agora como eu te falei eu particularmente não tenho nada contra esse pessoal, , aqueles comerciantes que eu ate entendo, que eles precisam trabalhar, agora tinha que ser numa escala menor, e não como eles estão fazendo hoje, porque essa questão da economia informal desde quando existe mundo que ela existe, quando eu era moleque por exemplo, lá no nordeste que eu nasci eu lembro que tinha um pessoal que chamava de camelô, de vendedor, ambulante, mais você

chegava na rua e era uma banquinha que mal dava pra pessoa ficar na frente ali e vendia o que?, presilhas de cabelo, lembra? Neh? Negocinhos batonsinhos, esmaltinhos, não sei o que, linha, agulha, sabe, uma coisinha mesmo, quinquilharia, assim pra pessoa vender aquilo e ter o dinheiro no final do dia pra atender a família dele. Agora ali não, ali tá dando enriquecimento pra muita gente, tem gente de carro..." (Presidente da CDL, Câmara dos Dirigentes Lojistas)

Nesta sequência o locutor-x, o lugar social do qual se diz, é o do locutor-comerciante-formal. Ou seja, o lugar social da enunciação é o do comerciante-formal. Observamos também uma aparente contradição ou diferença entre duas definições para camelô. Como analisar esta questão?

Podemos dizer que o que ocorre aqui é que o Locutor está dividido em dois enunciadores. De um lado temos um enunciador-individual que diz que camelô é o que vende quinquilharias. Mas existe neste recorte uma outra perspectiva, um outro lugar do dizer que é um enunciador-genérico, que é a voz do povo, é essa voz genérica que diz que camelôs são aqueles que estão vendendo aí nas ruas da cidade.

Na medida em que o Locutor desconhece que está falando do lugar do comerciante formal, ele se divide entre o enunciador-individual e o enunciador-genérico, que é um outro lugar do dizer, uma outra perspectiva (que é uma voz genérica que está falando para ele também que o camelô não vende só quinquilharias).

Por esta razão a fala do Locutor é significada pela perspectiva genérica. Por isso é que se dá esse efeito de insatisfação do locutor-comerciante, já que ele enquanto comerciante se identifica, não intencionalmente, no processo, com o enunciador-individual mas a perspectiva predominante é a do enunciador-genérico com o qual ele não está identificado. A forma verbal *seria* é uma marca dessa divisão.

Assim sendo, ao considerar que a enunciação é o funcionamento da língua, podemos mostrar, através das análises, como é que a língua funciona no acontecimento enunciativo para produzir sentido.

Como nossa análise se fará sobre as designações, torna-se necessário formular como consideramos a relação da linguagem com os objetos. Guimarães, numa linha de pensamento que se inicia em Frege e passa pelas formulações de

Ducrot considera o objeto como uma exterioridade produzida pela linguagem, objetivada pelo confronto de discursos, no sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos e a sua materialidade é este confronto de discursos.

Portanto o processo de designação é considerado como “uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposta à diferença” (Guimarães, 1995:74).

Para entender como a enunciação mobiliza as categorias do discurso do comerciante formal e dos camelôs vou buscar na análise de discurso (AD) da escola francesa a noção de discurso que considera que é no processo discursivo que se explicita o modo de existência da linguagem que é social.

O discurso é definido enquanto parte do funcionamento social, como efeitos de sentidos entre interlocutores. Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também um lugar na sociedade e isso faz parte da significação. Porém há uma forma social de se apropriar da linguagem que reflete a ilusão do sujeito, interpelado pela ideologia, de que é origem de seu dizer. Como diz Orlandi (1996:25-7), a interpelação ideológica se dá por formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Interessa-nos trazer outros conceitos do campo da AD, como interdiscurso e posição de sujeito, para ver o problema da posição do sujeito. Quando se fala em interdiscurso na análise do discurso, está-se falando de memória discursiva, porque quando a memória é pensada em relação ao discurso ela toma esta característica (como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente). É um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído (o já dito que está na base do dizível) que sustenta cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 1999:31).

Para se compreender a relação com os sujeitos, com a ideologia e com funcionamento do discurso é necessário saber que existe um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer. A observação do interdiscurso nos permite remeter o dizer a toda uma filiação de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância. (op.cit. p.32).

A noção de posição de sujeito interessa aqui na medida que entendemos que o sujeito não é o sujeito empírico, o sujeito na análise de discurso é atravessado

pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, ele só tem acesso a parte do que ele diz. Ele é afetado pela língua e pela história, sem o que ele não se constitui, não fala e não produz sentidos. Dito isto, levaremos em consideração que o sujeito discursivo é pensado como 'posição', posição que deve ocupar todo indivíduo para que possa ser sujeito do que diz. Ele não tem acesso ao modo como ocupa seu lugar enquanto posição pois não tem acesso direto ao interdiscurso que o constitui (op.cit. p.49).

Portanto, estas análises tentam mostrar, usando os elementos que as entrevistas fornecem, como é que esse conflito é formulado, como ele é enunciado e quais os lugares de enunciação envolvidos: camelôs brasileiros e bolivianos, a comunidade em geral e os órgãos públicos relacionados com a economia informal (Prefeitura e Receita Federal) e, também, que posições de sujeito são aí constitutivas do sentido.

CAPÍTULO III

DAS DESIGNAÇÕES: CAMELÔS E CAMELÔS

Neste capítulo tratarei dos processos de designação tendo como centro a designação de ‘camelô’. Como explicitado anteriormente, as análises foram feitas na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação desenvolvida por Guimarães, onde ele formula a relação de designação como uma relação semântica instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, ao contrário, é exposto à diferenças (Guimarães, 1995:74).

Nossa posição está diretamente afetada pela posição de Rancière que ao dizer, por exemplo, “as palavras da história são nomes, um nome identifica, ele não classifica” (Rancière, 1994:43) nos coloca o aspecto decisivo, para as abordagens históricas quando pensamos em estudar as designações. Nos coloca também um lugar muito específico para este estudo, não se trata de uma relação entre um nome e uma classe de objetos no mundo, mas de um processo histórico de identificação pela construção do sentido que trabalha a constante redivisão do sensível que acompanha o nomear, o referir, o designar.

Partindo dos textos transcritos de fitas das entrevistas feitas com os lojistas, fiscal da prefeitura, receita federal e camelôs brasileiros, ressaltando que todos pertencem à mesma comunidade de Cáceres, estaremos analisando os recortes na tentativa de mostrar como estão funcionando as relações comerciais entre os lojistas, camelôs brasileiros e camelôs bolivianos. Não esquecendo que há, no caso, uma relação comercial envolvendo dois países. Além de existir o camelô brasileiro que também compra produtos importados da Bolívia existem os camelôs bolivianos comercializando aqui no Brasil ao lado dos camelôs brasileiros.

Através dos textos transcritos usados para analisar os processos de designação dos ‘camelôs’ em Cáceres, encontramos dois tipos de comerciantes informais. Estas duas categorias de comerciantes informais recebem a designação de camelôs brasileiros e camelôs bolivianos.

Como se pode observar nos recortes (2) e (3) abaixo:

(2) “... quando a gente era tudo lá na praça era tudo uma coisa só, não tinha camelô brasileiro ou camelô boliviano...” (Comerciante brasileira)

(3) “... porque eles têm preço e nós não temos, você vai comprar num camelô boliviano uma mercadoria por dez que em qualquer comércio custa quinze...” (Presidente da CDL, Câmara dos Dirigentes Lojistas)

É interessante notar como o modo de funcionamento destas designações já mostra uma divisão, que pode ser remetida à sua relação com o lugar social do locutor desta sequência (locutor-camelô-brasileiro).

O aparecimento em (2), de camelô brasileiro e camelô boliviano articulados pelo ou, em condições sintáticas correspondentes, poderia levar a pensar numa equiparação, para o locutor-comerciante, das duas designações. Mas se observamos o que está em (3), podemos notar como ao criticar os camelôs a enunciação se restringe a referir os camelôs bolivianos. O que já pode ser elemento da significação de uma diferença.

Para poder analisar o funcionamento destas designações, lembremos que a figura do camelô primeiramente não recebia essa categorização, ele era chamado de ambulante. Vejamos isto no recorte abaixo:

(4) “...Na época o presidente do CDL bateu duro, porque ele queria que a gente, ...ele queria que a Prefeitura obrigasse o pessoal, ou acabava de uma vez né, ou que era para pagar o imposto como eles pagavam. ... Só que na realidade a Prefeitura não tinha como cobrar, a receita também não tinha como cobrar porque o camelô...ele...ele é ambulante né, no mesmo tempo ele tá aqui ou ele pode estar em outro lugar, então não tinha como. É diferente agora, né, que foi determinado assim...um local.” (comerciante e ex-presidente da Associação dos Camelôs)

O *Dicionário Aurélio Eletrônico* traz para o verbete 'ambulante': (do latim, ambulante) os seguintes significados, adjetivo: 1) Que anda; 2) Que não permanece no

mesmo lugar; que vai de terra em terra, ou de rua em rua; ambulativo, errante, erradio; 3) Que funciona em local não fixo; e como substantivo: 4) Vendedor ou comprador que exerce o seu comércio em logradouros públicos ou em locais de acesso franqueado ao público.

O sentido que se toma neste caso pela enunciação do locutor-camelô-brasileiro é o que consta na definição 2 e 3, porque a princípio ele não tinha um lugar fixo, ele andava pelas ruas dos centros urbanos, ou melhor dizendo, pelas calçadas, para comercializar os seus produtos, produtos estes que, por serem consideradas bugigangas, supunham um valor baixo. No momento em que este 'comerciante informal' passa para um local determinado pela Prefeitura, ocorre um deslocamento de sentido, passando do sentido de *ambulante* para o sentido da palavra *camelô*.

O significado que aparece no *Dicionário Aurélio Eletrônico* para o verbete 'camelô' (do francês camelot), é: 1) Mercador que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas ou outros artigos apregoando-os de modo típico.

O sentido que *camelô* toma, em certas enunciações das entrevistas feitas na cidade de Cáceres, é o mesmo que consta no dicionário eletrônico para a designação camelô. Vejamos o que os recortes nos trazem:

(5) “... que não é considerado produto de camelô, porque camelô na realidade seria quinquilharia, né, coisa pequeninha, miudeza, né.” (Funcionário da Prefeitura Municipal)

(6) “... agora, tinha que ser numa escala menor, e não como eles estão fazendo hoje porque essa questão da economia informal desde quando existe mundo ela existe, quando eu era moleque por exemplo, lá no Nordeste que eu nasci eu lembro que tinha um pessoal que chamava de camelô, de vendedor, ambulante, mas você chegava na rua e era uma banquinha que mal dava pra pessoa ficar na frente,...” (Presidente da CDL, Câmara dos Dirigentes Lojistas)

Tanto em (5) quanto em (6) encontramos *camelô* como uma designação que, em verdade, se procura negar como adequada para referir as pessoas sobre as

quais se fala. Aqueles que são designados *camelôs* estão em certa medida sendo negados como camelôs. Como isto se dá?

Vejamos que ao reescrever no enunciado (5) *produto de camelô* por *camelô* predica-se *camelô* por aquilo mesmo que ele vende. Ao mesmo tempo, a forma hipotética do futuro do pretérito *seria* é o lugar do enunciado em que se nega que os camelôs sejam camelôs. Mas se afirma o que camelô é, a despeito de se dizer que é isto que ele não é.

Camelô tem então outro sentido, não é mais aquele comerciante que se limita a vender quinquilharias. Assim a enunciação constrói um sentido por negá-lo.

Podemos ver aqui um caso claro em que, como já mostramos anteriormente, o Locutor está dividido. De um lado o locutor-comerciante, do lugar de um enunciador-individual, afirma que camelô é quem vende quinquilharias, mas de outro, do lugar de um enunciador-genérico, que contradita o enunciador-individual, diz que o camelô não vende só quinquilharia.

No entanto é a voz do enunciador-genérico que se sobrepõe neste caso, criando aí o efeito de contrariedade e da insatisfação para o locutor-comerciante, identificado nesta cena enunciativa com o enunciador-individual.

Isto nos mostra como o modo de estabelecer a predicação sobre o que se designa (aqui está a temporalidade hipotética para o ser) acaba por estabelecer no funcionamento mesmo da designação sua equivocidade: afirma o que ele é, afirmando que ele não é isso. E assim já se vê o trabalho do acontecimento enunciativo na construção da designação. O sujeito ao enunciar a designação e ao predicar sobre ela divide-se, e ao deslizar de um lugar para o outro, faz significar aquilo mesmo que nega.

Nesta medida a designação “camelôs”, ao mesmo tempo em que recorta e interpreta a realidade à qual se refere, apaga esse recorte interpretativo, naturalizando assim o processo de designação: as coisas reclamam/impõem seus nomes como simples rótulos ou etiquetas identificatórias. Ou seja, todo mundo sabe quem são os camelôs e o que eles fazem (Zoppi-Fontana, 1996:3). Portanto, a enunciação dá-se de um lugar de dizer genérico que afeta o próprio locutor-comerciante.

Dessa forma o que se percebe, então, é uma divisão na própria designação que podemos observar se redividir se analisamos, como faremos a seguir, o funcionamento da designação na enunciação de brasileiros sobre brasileiros e bolivianos.

3.1. - CAMELÔ BRASILEIRO: RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS QUE CONSTRÓEM SENTIDOS

Por diversas razões, como por exemplo, o desemprego, trabalhadores acabaram por ir para as ruas com o propósito de comercializar produtos que na maioria das vezes eram produtos importados. Suas mercadorias não eram tão somente bugigangas como supostamente se poderia esperar deste tipo de comércio. Muitas vezes eles chegaram a construir suas “barraquinhas” e/ou alugaram ou compraram um ponto. Esta classe trabalhadora acabou recebendo a designação de ‘camelôs’.

No funcionamento dos enunciados a seguir podemos ver que o lugar em que os camelôs comercializam seus produtos já determina uma distinção/conflito entre os camelôs e os comerciantes formais.

(7) “... Agora como eu te falei eu particularmente não tenho nada contra esse pessoal...” (...) “...Agora ali não, ali tá dando enriquecimento pra muita gente, tem gente de carro novo, de moto nova, tá construindo.” (Comerciante brasileiro, presidente da CDL)

(8) “... este terreno aqui, nós que compramos, este é nosso terreno, entendeu? A gente comprou, nós compramos e fizemos as casinha também, é nossa.” (Camelô brasileira)

(9) “... porque ali ele aluga, mais o nosso não, aqui não são aluguel, aqui cada um comprou seu terreno, entendeu? ... Porque nós construiu de um jeito e o povo lá fez de outro.” (Camelô brasileiro, presidente da Associação dos Camelôs)

No recorte (7) a enunciação do representante do comércio legalizado, Presidente do CDL, tem o advérbio ali que refere ao lugar dos camelôs e a nova

posição que eles ocupam: compram terrenos, constróem lojas de alvenaria, compram carros, motos, enriquecem, deveriam pagar impostos. Portanto o locutor deste enunciado fala do lugar social do comerciante (locutor-comerciante) que a associação que ele preside representa.

Ao referir *os camelôs* por *muita gente*, este recorte indetermina o camelô que é predicado como se enriquecendo. E este enriquecimento é qualificado como indevido pelo locutor-comerciante.

Este locutor-comerciante enuncia como um enunciador-universal, capaz de sustentar, por ser dado como verdade inequívoca, a impropriedade da ação e utilização do espaço pelos camelôs.

Em contrapartida, o recorte da enunciação do camelô brasileiro (8) e (9) apresenta o advérbio *aqui* para dizer que o camelô tem esse novo sentido, ou seja, ele não é mais o comerciante da calçada, itinerante, ele ocupa um novo lugar no espaço urbano, o espaço do *nós*, o seu espaço.

Estes dois recortes são enunciados de um outro lugar social (locutor-camelô), do qual se predica positivamente o camelô, aqui reescriturado como *nós*, *nosso*, que construiu algo a que tem direito e que o dignifica. Mas, por outro lado, este lugar de dizer produz uma outra divisão.

O *nós* do locutor-camelô o distingue de um *o povo lá* no recorte (9). O notável a se ver é que *o povo lá* é localizado em um *ali*, inadequado, tal como na enunciação do recorte (5) do locutor-comerciante. Nesta cena podemos dizer que a enunciação se dá pela perspectiva de um enunciador-coletivo, a partir do qual o locutor dá a classe desse *nós* como razão para sua legitimidade.

O enunciador-universal do recorte (7), ao desconhecer que se fala do lugar do comerciante, está em litígio com o enunciador-coletivo do recorte (8) e (9).

Este litígio, abstrato, é a enunciação do desconhecimento do litígio materialmente existente entre comerciantes formais e camelôs.

Podemos dizer que o locutor-comerciante enuncia em (7) da perspectiva de um enunciador-individual marcado pelo *agora* que introduz a seqüência.

Na realidade, ao utilizar o advérbio *ali* e ao referir os camelôs por *muita gente*, o representante do CDL (comércio formal) fala da posição da interdiscursividade que coloca como lugar possível para os camelôs as calçadas, as barracas desmontáveis e a situação econômica precária.

Em (7), temos um locutor, que é um locutor-comerciante-formal que se refere pelo advérbio *ali* ao lugar que o camelô jamais poderia ocupar: terreno fixo, loja de alvenaria, produtos importados e situação econômica estável. E nesta medida diz o que o camelô não pode ser. Este locutor-comerciante-formal está falando de uma perspectiva individual, de um enunciador-individual.

Considerando, por outro lado, os recortes (8) e (9), constatamos que houve uma mudança de sentido na palavra *camelô*. Aparecem elementos que tiram os camelôs do discurso da pobreza e põem essa questão no lugar do discurso das relações comerciais. Então ser camelô não significa mais vender quinquilharias.

O sentido de *camelô* como vendedor de quinquilharias é um efeito de pré-construído. Na medida em que o interdiscurso aparece como a exterioridade já dita antes em outro lugar, ele contradiz a construção de unidade do sentido da designação (Guimarães, 1995:70).

Ou seja, este efeito de pré-construído são as evidências que sustentam o dizer do sujeito e que lhe fornecem um espaço de identificação a partir do qual se produz a significação, 'sua' significação (Zoppi-Fontana, 1996:3).

Com estes novos brasileiros desempregados esta nova realidade social passa a produzir um novo sentido na linguagem., este trabalhador, designado *camelô* não produz mais o sentido de quem vende bugigangas nas ruas e/ou praças.

Camelô agora produz o sentido de quem compra produtos no Paraguai ou na Bolívia e monta sua barraquinha na cidade em um lugar previamente estabelecido, lugar este, que passa a ter uma designação diferenciada, Shopping Paraguai, Camelódromo e Paraguaizinho, dentre outros. Inicia-se assim o que conhecemos hoje como comércio informal.

Estes comerciantes que hoje são designados como *camelôs* não o seriam pela palavra *camelô* definida pelo dicionário, porque esta definição produz um recorte que nos dá o sentido de que o camelô é uma pessoa muitas vezes pobre, que vende bugigangas para garantir alguns trocados e não tem lugar fixo para comercializar.

3.2. - CAMELÔ BRASILEIRO OU CAMELÔ BOLIVIANO OU SIMPLEMENTE 'CAMELÔS'?

Vejamos agora, e em virtude do que acabamos de colocar na seção anterior, como funcionam as designações *camelô brasileiro* e *camelô boliviano*, no contexto de um conflito que se produz quando interpretado e ressignificado em relação aos comerciantes formais da cidade.

Se nos deixamos tomar pela evidência imediata de determinação em que o adjetivo especifica o nome, a designação de 'camelôs brasileiros' significa os 'camelôs' que residem na cidade de Cáceres que têm nacionalidade brasileira. Já a designação de 'camelôs bolivianos' significa os camelôs oriundos ou da cidade de San Matias ou então da cidade de Santa Cruz. Estas designações significam, no entanto, bem mais do que esta relação nome/adjetivo pode indicar.

Vejamos como se constituem estas designações nas enunciações de camelôs brasileiros e bolivianos:

(10) “... *Na realidade eles atrapalham muito, porque antes eles mexiam só com parte de roupas, calçados e agora não, agora eles mexem com já com tudo, eletrônica, essas coisas, aí eles concorre com nós, os camelôs brasileiros.*” (Camelô brasileira)

(11) “... *Por isso eles não tem residência não, eles não compram nada, só estão de passagem. Dormem mesmo embaixo de lonas é que o habito de viver deles e isso mesmo*”. (...) “... *aí chegaram, aí foi chegando boliviano, foi entrando, entrando e aí prejudicô os brasileiros*”. (...) “... *eles diziam nas reuniões era que os bolivianos prejudicavam nós, porque entravam por aí todos os camelôs, porque os lojistas batiam em cima, né Federal vinha então, mas era por causa da roupa dos boliviano, porque os lojistas, eles trabalhavam só com roupa então por isso que prejudicava nós.*” (Camelô brasileira)

(12) “... Não, a grande realidade é o seguinte, os bolivianos, e, e, e, eles estão aqui ate mesmo por causa da população que aceita. Não é por causa de nós camelôs que aceitamos, porque o, o ,o, os bolivianos tá aqui é porque o dono do terreno aceitou eles aqui, porque por nós, eles não (es)tariam aqui e nós não podemos fazê nada porque nós estamos trabalhando no mesmo sistema que eles através de vendas, através de sobrevivência, agora a partir do momento que o dono do terreno alugo para eles nós não podemos fazê nada... (...) “...você está é enganada, a maioria desses boliviano ai tem muito dinheiro em Santa Cruz...”. (Camelô brasileira)

Nos recortes (10), (11) e (12) acima, podemos verificar que os brasileiros, se consideram camelôs, assim como os bolivianos, pois assim se designam a si mesmos.

Por outro lado, considerando este recorte a seguir:

(13) “...Bueno, si estamos aqui hace algún tiempo,... ” (...)... “...no tenemos problemas porque aqui somos todos camelôs, nosotros tambien tenemos que pagarle a la alcaldía...” (Camelô boliviano)

Pode-se ver por este recorte (13), que também os bolivianos se consideram *camelôs* (a si e aos outros) mas, estas distinções os colocam em lugares enunciativos diferentes.

Nos recortes (10), (11) e (12), temos uma enunciação cujo locutor é um locutor-camelô-brasileiro, que se refere aos camelôs brasileiros por um nós, ao qual opõe um eles (os camelôs bolivianos). Divisão que não se encontra na enunciação do locutor-camelô-boliviano acima.

Podemos considerar, a partir desta análise semântico-enunciativa, que a própria diferença cultural, situação econômica, a nacionalidade e a língua delimitam as diferenças entre os camelôs brasileiros e os camelôs bolivianos.

Tendo em vista que o que nos interessa especificamente é o funcionamento das designações no discurso dos camelôs brasileiros, vejamos na

tabela a seguir, que nesta cena enunciativa dos recortes (10), (11), (12), podemos observar uma relação entre um agora e um antes do locutor, do nós (dos camelôs brasileiros), que caracteriza diferentemente os camelôs bolivianos.

A esta divisão do tempo agora/antes, alia-se uma distinção de espaço aqui/aí, que constrói uma divisão entre camelôs brasileiros (*nós*) e bolivianos (*eles*), que são deste modo predicados diferentemente pelo espaço e pelo tempo. Predicação a que se acrescentam outras, seguindo estes eixos de lugar e tempo.

CAMELÔS BOLIVIANOS	ANTES (elementos que predicam o <u>antes</u>)	AGORA (elementos que predicam o <u>agora</u>)
ELES RECORTE (10)	- <i>eles mexiam só com parte de roupas, calçados;</i>	- <i>eles mexem com já com tudo, eletrônica, essas coisas;</i> - <i>concorre com nós;</i> - <i>eles atrapalham muito;</i>
ELES RECORTE (11)		- <i>não tem residência;</i> - <i>não compram nada;</i> - <i>estão de passagem;</i> - <i>dormem embaixo de lonas;</i> - <i>por causa da roupa dos boliviano, prejudicô os brasileiros;</i>

Assim vemos como a enunciação do locutor-camelô-brasileiro distingue o *eles*, *camelôs bolivianos* do *nós*, *camelôs brasileiros*, na medida em que camelôs bolivianos, no agora, são predicados como aqueles que concorrem com os camelôs brasileiros. No agora do nós, o *eles* são concorrentes, portanto atrapalham.

Vejamos agora a relação do eixo aqui, aí :

Nesta cena enunciativa podemos observar uma relação entre um aqui do locutor, do *nós* (dos camelôs brasileiros), e um aí (dos camelôs bolivianos), o que podemos representar pelo quadro abaixo:

CAMELÔS BOLIVIANOS	AQUI (elementos que predicam o <u>aqui</u>)	AÍ (elementos que predicam o <u>aí</u>)
ELES RECORTE (10)		- <i>aí eles concorre com nós, os camelôs brasileiros;</i>
ELES RECORTE (11)		- <i>aí chegaram, aí foi chegando boliviano, foi entrando, entrando e aí prejudicô os brasileiros;</i> - <i>entravam por aí todos os camelôs, porque os lojistas batiam em cima, mas era por causa da roupa dos boliviano;</i>
ELES RECORTE (12)	- <i>por causa da população que aceita;</i> - <i>porque o dono do terreno aceitô eles aqui;</i> - <i>por nós, eles não estariam aqui;</i> - <i>nós estamos trabalhando no mesmo sistema que eles, através de vendas;</i>	- <i>a maioria desses boliviano aí, tem muito dinheiro em Santa Cruz;</i>

No aqui do locutor, os camelôs bolivianos são intrusos, aceitos por um outro 'eles' (a população, o dono do terreno).

O espaço dos camelôs bolivianos é, nesta cena, para o locutor-camelô-brasileiro, um lá, aqui expresso por um ai, espaço que não é do locutor, metaforizando a distância dos camelôs brasileiros daquilo que os bolivianos vendem. Ou seja, nesse ai existe uma tensão significativa que se movimenta nesse espaço de enunciação.

Tomemos agora outros recortes, cujo locutor é também um locutor-camelô-brasileiro:

(13) *"... Já, já tinha, na época em que estávamos na Avenida 7 tinham uns 4 que ficavam perto do posto de saúde. Quando mudamos para trás da rodoviária os boliviano foram junto com nós, nessa época eram só 4" ... (...) "Nessa época éramos só 27 camelôs entre todos." (Ex-camelô, ex-presidente da Associação dos Camelôs Brasileiros)*

(14) *"...Sim, foi mais o menos na época da administração do Dr. Antônio, nós ficávamos na Avenida 7 ..." (...) "Abriu a parte de cadastro, né, cadastrou todo mundo, até os boliviano...ai deu um total de 50 camelôs entre brasileiros e bolivianos. Como pagava pra prefeitura ela não controlava ...diz eles que não era bem um alvará só que era locação do solo que pertencia a prefeitura na época, sabe como, mas diz eles que não era um alvará, mas pra min correspondia a um alvará. Era mensal que pagava pra eles." (Ex-camelô, ex-presidente da Associação dos camelôs)*

(15) *"...foi na época que ele jogou nós pra praça. No momento que jogou nós pra praça eles continô também, aí teve que formar uma associação, nós e os boliviano porque os lojistas batiam encima, né, aí Federal vinha. (...) "então, aí a prefeitura também colocou que né, que tinha uma quantidade de barracas para permanece à praça, quando nós viemos para a praça..." (Camelô brasileira)*

(16) “...foi pra câmara dos vereadores aí lá eu dei minha situação e tal, eles deram a deles, a prefeitura deu a deles, no fim, então a câmara entendeu que era um problema social e então, a prefeitura encontrou um local pra eles, ajeitou essa praça aí.” (Presidente da CDL, câmara dos dirigentes lojistas)

Podemos evidenciar em (13) que este comércio bi-nacional a princípio se desenvolveu com tranquilidade.

No recorte (13) podemos ver como os camelôs bolivianos são aqui significados. Primeiro como bolivianos simplesmente, quando a enunciação conta a existência de camelôs brasileiros e bolivianos, e depois como camelôs, quando são todos tomados em conjunto no relato.

Em (13) ‘camelôs’ reescritura o pronome nós que percorre o relato tomando em conjunto camelôs brasileiros e bolivianos.

Já no recorte (14) observamos que não há nem a expressão camelô brasileiro, nem camelô boliviano. Ou seja, esta divisão é feita na medida em que o pronome nós de nós ficamos na avenida 7 é reescriturado por um todo mundo que é dividido por um até os boliviano, cuja orientação argumentativa coloca os bolivianos no limite do que deverá estar incluído, distinguindo-os, então, de brasileiros.

Por outro lado, toda esta operação de construção de sentido aparece reunida em aí deu um total de 50 camelôs entre brasileiros e bolivianos, em que a conjunção e de brasileiros e bolivianos apagaria a divisão do até boliviano.

Quando em (14) aparece cadastrou até os boliviano entende-se que todos os camelôs, inclusive os bolivianos foram cadastrados, o que nos mostra como esse boliviano que estava fora, se é considerado dentro, é significado no limite extremo do que está dentro.

No recorte (15), ele jogou nós pra praça, esse nós que se refere aos camelôs brasileiros, fica em oposição com o eles, que se refere aos camelôs bolivianos. O nós neste caso não se preenche como o nós no recorte (14) que se refere aos camelôs (brasileiros e bolivianos).

Se tomarmos o recorte (16), cujo locutor é um locutor-comerciante, com relação a (14), vemos que camelôs entre brasileiros e bolivianos é aí dito eles. Este pronome eles divide o espaço significativo em questão entre um nós (a cidade, o comércio) e um eles (os camelôs brasileiros e bolivianos). Esta divisão se significa,

agora, pela enunciação dos sujeitos tomados como legítimos pela cidade, lugar que, neste caso, exclui todos os camelôs (brasileiros e bolivianos).

Já em (14), cujo locutor é um locutor-camelô, esta mesma divisão significa que nós são os camelôs e eles, a cidade, a prefeitura e o comércio.

É interessante registrar que em (15) se atribui a este eles o que está afirmado em "no momento que jogou nós na praça", que diz pela voz de um locutor-camelô a predicação negativa sobre os camelôs.

Vejam os um pouco mais este tipo de constituição de sentidos nos seguintes enunciados, também enunciados do lugar social do locutor-camelô-brasileiro:

(17) *"... Também tem outra coisa, eles não investe nada aqui na cidade. Eles vão tudo pra fora eles não fica na cidade. Eles não tem casa, eles não tem nada. Se você vê o quartinho onde eles mora é tudo apertadinho. Eles só tá de passagem e isso tudo mundo sabe. Eles tá aqui só pra ganhar e ir embora."* (Camelô brasileira)

(18) *"... .Na realidade porque eles atrapalham muito, ..." (...) " eles concorre com nós os camelôs brasileiros. ... Eles trazem, agora brasileiro não pode trazê, mais eles trazem, e não é pouco não". (...) Quando a senhora compra você tem interesse, tem interesse na cidade, a senhora tá dando lucro pra cidade. Agora aqueles que vem só pra ficar meio, dois, três mês por aí e vazá? ... Esses dias fui na Prefeitura e falei pra eles que o que tá acontecendo é simplesmente, é vocês cortá os boliviano e pronto acabou, boliviano só com permanência da Policia Federal legal. Se não tive meu filho, um abraço pro câ..."* (Camelô e presidente da Associação)

(19) *"... Eles perguntaram pra mim porque eu tava indo pra lá, (Santa Cruz), aí eu falei, agora, os boliviano passam todo dia e vocês não perguntam nada, né, porque todo dia eles vêm... (...) "...eles estão todo dia na feira, na Avenida7, e nós brasileiros não podemos, agora eles podem, não é um absurdo? Domingo eu chamei a atenção do oficial na feira, eu falei, escuta aqui, olha o boliviano,... (...)*

"...agora se brasileiro, se encosta lá tem que corrê, agora boliviano deita e rola e ninguém vê nada." (Camelô brasileira)

(20) "... Abriu a parte de cadastro né, cadastrou todo mundo, até os boliviano inclusive os novos que estavam..." (...) " porque é proibido passá. Mas o boliviano pode, eles deve ter seu controle sabe, ..." (Ex-camelô e ex-presidente da Associação)

(21) "... Ela trabalhou muito para tentá tirá os boliviano, ela tentô muito e não conseguiu nada." (...) "aí acabô desmanchando tudo da praça e aí os boliviano só veio aumentando." (Camelô brasileira)

Como vimos antes, o espaço próprio do camelô boliviano não é, para o locutor-camelô-brasileiro, o aqui do locutor.

Nos recortes acima verifica-se que do lugar do camelô-brasileiro passa-se a designar-se os camelôs bolivianos simplesmente de '*o boliviano*'. Apaga-se o predicado de que ele também é um camelô. Neste momento o que passa a ser reconhecido é apenas a nacionalidade.

Vejamos no quadro abaixo como está predicado boliviano no aqui/agora do locutor-camelô brasileiro, nos recortes (17) a (21).

Ressaltamos que o tempo (agora) e o lugar (aqui) estão aí significados por formas verbais de indicação de presente e por formas dêiticas como aqui. É interessante registrar como há uma operação enunciativa de argumentação (presentificação), não exatamente de indicação do momento do presente da enunciação, que é marcada pelo agora. Esta operação argumentativa marca a argumentação do Locutor.

CAMELÔS BOLIVIANOS	AQUI/AGORA (elementos que predica o aqui/agora)
ELES RECORTE (17)	- <i>eles não investe nada aqui na cidade;</i> - ; <i>Eles tá aqui só pra ganhar e ir embora;</i>
ELES RECORTE (18)	- <i>eles atrapalham muito;</i> - <i>eles concorre com nós os camelôs brasileiros;</i> - <i>Eles trazem, agora brasileiro não pode trazer;</i> - <i>vem só pra ficar meio, dois, três mês por aí e vazá;</i> - <i>vocês cortá os boliviano e pronto acabou, boliviano só com permanência da Policia Federal legal;</i>
ELES RECORTE (19)	- <i>os boliviano passam todo dia (na fronteira) e vocês não perguntam nada;</i> - <i>nós não podemos, agora eles podem;</i> - <i>eles estão todo dia na feira, na Avenida7, e nós brasileiros não podemos;</i> - <i>agora boliviano deita e rola e ninguém vê nada;</i>
ELES RECORTE (20)	- , <i>cadastrou todo mundo, até os boliviano inclusive os novos que estavam;</i> - <i>é proibido passar, mas o boliviano pode (passar na fronteira);</i>
ELES RECORTE (21)	- <i>tentá tirá os boliviano;</i> - <i>os boliviano só veio aumentando;</i>

A primeira coisa a se observar é como o eles, oposto ao nós, aparece reescriturado nestes recortes por boliviano, e não por camelô boliviano. Apaga-se o predicado de que eles também é um camelô. Neste caso, o que passa a ser reconhecido é apenas a nacionalidade. Com isto, aparece um novo sentido do camelô boliviano, que fica aqui reduzido ao estrangeiro, ao intruso.

3.3 - CAMELÔ BOLIVIANO E SUAS DESIGNAÇÕES: 'FORMIGUINHAS' E 'COLLAS'

Como vimos pelas análises, nas relações comerciais que existem entre os camelôs brasileiros e os camelôs bolivianos aparece de certa forma uma suspeição de que os camelôs bolivianos são excluídos, por serem postos no limiar do pertencimento ao sentido de camelôs. Isto é evidenciado tanto por uma divisão entre *nós* e *eles*; e *aqui/lá*, bem como pela sua significação simplesmente como bolivianos.

Por outro lado, e talvez por isso mesmo, encontramos nos enunciados, a partir do próprio processo enunciativo envolvido, elementos que mostram novas designações para este camelô boliviano. São elas *formiguinha* e *colla*. Vejamos isso nas análises que seguem.

3.3.1 - ANÁLISE DA DESIGNAÇÃO 'FORMIGUINHA'

Nas entrevistas feitas com camelôs e comerciantes brasileiros aparece a designação *formiguinha* que mostra ser um fenômeno que certamente não será encontrado em conflitos com outros camelôs de outras cidades brasileiras, quando levamos em consideração que, neste caso, os camelôs estão próximos à região de fronteira.

Entendemos que, neste caso, essa narrativa só vai aparecer pela questão de estarmos numa região de fronteira com outro país (Bolívia), fronteira esta que se encontra a 90 km da cidade de Cáceres.

Em algumas narrativas o camelô boliviano recebe esta denominação *formiguinha* porque todo dia ele ou algum membro da sua família atravessa a fronteira e traz um pouco de mercadoria o que no final das contas faz um somatório de produtos importados 'legalmente'.

Observemos os seguintes recortes analisados:

(22) “... porque eles só traz 4 unidade de cada coisa de cada um, mas eles estão aqui todo dia, eles são os formiguinha, o nome deles é formiguinhas eles são formiguinhas porque eles vai e vem, vai e vem, entendeu, traz 4 sapato, 4 calça 4, 4, 4 aí esses 4, 4, 4, vai longe, muito longe. Tooodo dia a mesma coisa! Então eles ficam aí nessa praça, você pensa que a Prefeitura vê alguma coisa? Vai pensando!” (Camelô brasileira)

(23) “... outra determinação que tem que ser feita é cortá os boliviano porque o certo é a senhora ir lá e buscá 150 e não ele trazê ” (...) “... agora eles vão lá toda hora, entendeu, eu até já botei o nome no projeto deles, o nome de projeto formiguinha a senhora entende porque, né? A senhora pode vir aqui de tarde que a senhora vê os boliviano todo dia...” (...) “... eles não põe lei, eles sabe que tem os formiguinha, mas não existe a lei essa que é a verdade.” (Presidente da Associação dos camelôs)

(24) “... O comércio formiguinha que a gente entende é o seguinte, como eles não podem trazer 500 camisas dessas por mês então eles trazem as 500 camisas do Chile ou do Panamá e deixa em San Matias daí manda a mulher que geralmente boliviano trabalha em grupo né, marido mulher, filho, sobrinho, daí manda o menino lá de ônibus e traz 12 camisas, aí vai você e traz mais 12, ele vai e traz mais 12, quer dizer que em uma semana ele traz as 500 camisas. Então, esse que é chamado o comércio formiguinha, porque eles trazem de pouquinho mais é um atrás do outro sabe?” (Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL).

Seria interessante aqui analisar com vagar a cena enunciativa de cada um dos recortes de (22) a (24), cujos falantes são: em (22), um camelô brasileiro; em (23), o Presidente da Associação dos Camelôs; e em (24), o Presidente da Câmara dos comerciantes formais.

Em (22), temos um locutor-camelô-brasileiro caracterizado, entre outras coisas pelo aqui que fica oposto ao aí dos bolivianos (eles ficam aí nessa praça).

Também no recorte (22) há um enunciador-individual. O Locutor fala de uma perspectiva individualizada onde explica quem são '*eles*' os *formiguinhas*. Mas numa perspectiva mais genérica o Locutor fala de um lugar que significa que todo mundo sabe quem eles (formiguinhas bolivianos) são, inclusive a Prefeitura, que não fez nada para acabar com o problema. Este lugar de dizer genérico aparece citado em "*o nome deles é formiguinhas*".

Pela análise do recorte (23), o falante, que é um camelô brasileiro, se refere ao camelô boliviano como *formiguinha*, atribuindo a ele o sentido de um 'fora da lei' que para driblar a fiscalização todos os dias atravessa a fronteira e traz um pouco de mercadoria de forma ilícita. Neste caso temos um locutor-comerciante-formal, porque o Locutor está falando do lugar de enunciação do comerciante formal estabelecido. Ou seja, o camelô brasileiro aqui está se significando do lugar social do comerciante, o que movimenta o sentido da legalidade a favor da categoria dos camelôs brasileiros, que se mantém distinta da dos camelôs bolivianos.

É interessante observar que ao referir-se ao *formiguinha*, o locutor-comerciante-formal denuncia a irregularidade e as formas que o camelô boliviano utiliza para driblar os dispositivos legais que estipulam o limite de 150,00 reais (cento e cinquenta reais) por mês em mercadorias a serem adquiridas em outros países.

Os camelôs brasileiros falam neste recorte (23), cobrando dos *formiguinha* a legalidade que eles também não cumprem.

Assim, ao designar o camelô boliviano de *formiguinhas*, enunciando de uma perspectiva genérica, está atravessado pelo discurso da legalidade e dos sentidos instituídos na designação *camelôs* e fala do mesmo lugar que os representantes do comércio formal, silenciando a sua condição de camelô. Podemos dizer que neste recorte (23), existe um enunciador-individual que é a voz do camelô brasileiro que diz que este camelô boliviano não pode ser considerado camelô, porque esse 'vai - vem' dos 'formiguinhas' nada tem a ver com eles camelôs brasileiros. Esta operação argumentativa que podemos chamar de 'corporativa' é feita por uma enunciação produzida do lugar de um dos oponentes, o locutor-comerciante-formal.

No recorte (24), podemos dizer que há um locutor-comerciante-brasileiro, que esta falando de uma perspectiva genérica. Há aí um *a gente*, que é diferente de um *nós*. Isto chama a atenção porque ele não fala *nós*, ele fala *a gente* e

com isto inclui tanto os comerciantes formais como os camelôs. E por sua vez, este *agente* difere de um *eles* que são *os bolivianos*.

Assim sendo, tal como definido por Orlandi (1992), podemos falar aqui do interdiscurso que liga os processos discursivos com a memória, como a memória do dizer.

Ou seja, o que pode ser dito em cada formação discursiva depende daquilo que é ideologicamente formulável no espaço do interdiscurso.

Orlandi, retomando Pêcheux, diz que “O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüísticamente definido. O interdiscurso nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que forma em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso” (Orlandi, 1992:89-90).

Podemos dizer que depois destas análises em que evidenciamos os lugares de enunciação e do movimento designativo do locutor-camelô brasileiro, podemos perguntar: De que posição sujeito ele está falando?

Sabemos que o camelô brasileiro enuncia do lugar do locutor- camelô brasileiro, quando fala da problemática ou dos conflitos, no que diz respeito às relações comerciais com os lojistas ou camelôs bolivianos devido a sua memória interdiscursiva.

Quando o discurso do locutor-camelô brasileiro chama o camelô boliviano de apenas boliviano acaba por excluí-lo. Este movimento da designação: camelô > camelô boliviano > boliviano, vai mostrando como é que o boliviano vai sendo segregado.

A exclusão do camelô boliviano é enunciada do lugar do comerciante formal, ele fala ,então, da posição de sujeito liberal (da legalidade), que paga suas taxas, tem sua documentação em dia, é dono do seu terreno e faz parte de uma associação de camelôs. Pelo que consideramos anteriormente, vemos que o locutor-comerciante fala da posição de sujeito liberal (legalidade) enquanto que o locutor-camelô-brasileiro fala da posição sujeito das relações comerciais. Isto nos leva a interpretar como um jogo argumentativo particular, camelôs (que se auto-referem como camelôs) enunciarem como locutor-camelô-brasileiro ou locutor-comerciante-formal, num movimento constante de inclusões e exclusões.

3.3.2. - ANÁLISE DA DESIGNAÇÃO 'COLLA'

Uma outra denominação que verificamos nas transcrições das entrevistas é a de *colla*. Esta designação é dada aos camelôs bolivianos que são descendentes da população indígena que habita a região dos Andes. Eles são oriundos de La Paz, Oruro e do Altiplano, porém não é porque nessa região exista uma concentração maior de indígenas que os *colla* sejam necessariamente índios.

O curioso, neste caso, é que tanto os camelôs brasileiros quanto os camelôs bolivianos adotam esta designação, conforme ilustram os seguintes recortes:

De um lado tomemos os recortes cuja enunciação é de um locutor-camelô-brasileiro:

(25) *"... O colla, são bolivianos que nascem na serra, são as pessoas tipo, tipo, índio, são aqueles bolivianos mesmo que são como se diz, assim eles falam que nasceram na serra, como vou dizer os legítimos bolivianos mesmo não são eles, ate os próprios bolivianos falam que tem distinção de raça deles no caso da originalidade deles, da identidade deles..." (...) "aqui não tem nenhum que são bolivianos, então eles são colla."* (Camelô brasileira)

(26) *"... São essas pessoas tipo pra nós aqui no Brasil assim vamos dizer, assim os ciganos, digo hippies ou coisa assim, agora eles têm essa distinção entre eles." (...) "Porque os colla, os bolivianos que vendem aqui na praça todos eles são colla e eles compram num feirão no Chile..."* (Camelô brasileira)

Como se pode verificar nestas enunciações a designação '*colla*' aparece produzindo uma divisão no interior mesmo do que *bolivianos* designa.

Se em (26) '*colla*' é reescriturado por *bolivianos* predicado por *que vendem aqui na praça*, em (25) '*colla*' é predicado por *bolivianos que nascem na serra, são as pessoas tipo índio*, num principio de divisão entre bolivianos e 'collas'

(índios), que se configura diretamente por os legítimos bolivianos mesmo não são eles onde eles reescritura 'collas' em oposição a bolivianos.

Está em jogo, nesta divisão, a exclusão dos 'colla' da nacionalidade boliviana que são os índios que nascem na serra; que vendem aqui (onde não é Bolívia); na praça; e que não são os legítimos bolivianos.

Tomemos agora os recortes cuja enunciação é de bolivianos:

(27) *"... Los comerciantes ambulantes, que asi nosotros le llamamos fue una exepción muy especial, esa gente son de origen del altiplano de los valles y quizás com muy poca exepción del oriente..."* (...) *"estamos hablando del outro extremo de Bolívia. Esa gente no son del departamento, del municipio son gente que han venido de La Paz, de Oruro, en fin de otros lugares."* (Professor de San Matias, Bolívia).

(28) *"... Si, nosotros somos collas, por causa de la región donde vivimos, del altiplano, no, los que son de Santa Cruz los llamamos de cambas."* (...) *"...no, realmente no me importa que me llamen de colla, no me importa..."* (Camelô boliviano)

(29) *"... El colla es como decir el cacerense, el colla es de una región. Sólo que como tienen muchos indios en esa región a veces es asimilado para una manera de ofender, de disminuir, o como chiste, como decir que cacerense es bugre. No necesariamente que el colla sea indio porque todos somos descendientes de indios."* (Estudante boliviana)

Aqui observamos um locutor-boliviano que enuncia *colla* como um designativo gentilico, a indicação de quem é de uma região.

O que se configura também no recorte abaixo, (30), cujo locutor fala do lugar boliviano, (observe que este recorte é de uma estudante brasileira).

(30) “...Sí también, pero es muy difícil encontrar una persona que diga yo soy ‘colla’. Por ejemplo una persona de Potosí, si le preguntas de ¿donde eres? Él te va a decir que es potosino no te va a decir que es ‘colla’. Los cambia son mas probables que lo llamen así...

...Al contrario los cambia tienen orgullo de ser cambia. Porque los cambia es que son de Santa Cruz, hay mucha emigración de alemanes hay muchos blancos, son personas más blancas entonces ellos se sienten superiores. Y por otro lado los colla tienen los trazos de indios de andinos. Otra cosa es que cuando el colla consigue estudiar tiene mucho mas interés por la literatura, por lo que esta relacionado con la cultura, mas interés que un cambia.” (Estudiante de arquitetura brasileira, que mora em Santa Cruz)

Como se pode observar, do lugar do locutor-boliviano, ao *colla* não lhe é negada a nacionalidade boliviana, mas ela é de uma certa forma colocada hierarquicamente numa posição inferior e marginal.

Por outro lado tanto os brasileiros como os bolivianos, ao enunciarem *collas*, colocam-se na posição dos que têm uma nacionalidade, uma cidadania, uma identidade.

Nestas enunciações pode-se verificar o sentido da designação *colla*, a enunciação do locutor-camelô-brasileiro, a partir de uma temporalidade própria do acontecimento, coloca na história o boliviano morador da região dos Andes, resignificando-o, no limite, como não boliviano.

Nesses recortes o sentido de *colla* é o sentido de *camelô*, pois ambos se instituíram e se significam como aqueles que não têm lugar, não têm pátria, não têm bens e que, portanto, funcionam sempre na ilegalidade, na contravenção.

Os camelôs brasileiros ao criarem sua associação, se espacializam no lugar e na identidade do comerciante formal (saíram das calçadas, construíram lojas de alvenaria e melhoram a condição sócio-econômica).

Dessa forma, os camelôs brasileiros assumem o lugar do comerciante formal, enquanto espaço de enunciação, embora se neguem a pagar impostos como ele.

No momento em que os camelôs brasileiros denunciam a condição do *colla* e do *formiguinha* como aqueles que vivem na ilegalidade, os camelôs

brasileiros estão negando a sua própria condição e se colocam como diferentes, ou não pertencentes ao sentido *camelô*.

Assim, os *collas* e os *formiguinhas*, se são bolivianos, não são camelôs, são o *eles*, do *nós* dos camelôs brasileiros. E se são *camelôs*, são *formiguinhas*, são *collas*, ou seja, não são bolivianos. Desta forma, *camelôs bolivianos*, designa assim, este ser que é sempre aquele que não é, que não pertence.

CAPÍTULO IV

A PEREGRINAÇÃO NO ESPAÇO URBANO: DA CALÇADA PARA A PRAÇA E DA PRAÇA PARA UM TERRENO PRÓPRIO

Analisando as entrevistas encontramos diversas narrativas que nos mostram que à medida que o camelô vai se 'formalizando', e se colocando nesta nova categoria em expansão, ele sai das calçadas, sai da rua, se instala numa praça pública e finalmente se organiza em espaço próprio que possui as mesmas (ou quase as mesmas), características de um comércio formal.

4.1 - DESLOCAMENTO NO ESPAÇO DA CIDADE

Um aspecto que nos parece importante na construção enunciativa da designação camelôs é a narração de um deslocamento no espaço da cidade.

Observemos os recortes a seguir:

(31) “... Sim, foi mais o menos na época da administração do Dr. Antônio, nós ficávamos na Avenida 7, quando mudamos para trás da rodoviária. Na época até que nós tivemos apoio da parte do secretário de finanças da prefeitura, na época ele nos deu apoio...” (Ex-camelô, ex-presidente da Associação dos camelôs)

(32) “... do Antônio, (prefeito da cidade), depois ele jogou nós pra praça era época dele ainda, nessa praça frente ao Endo,” (...) ... “Ajuntou tudo lá porque já estava muito, na cidade toda...então teve a reunião do CDL, com os lojistas que não aceitavam mais...” (Camelô brasileira).

(33) “... A gente era tudo da praça, aí o Prefeito tirou a gente de lá e este terreno aqui, nós que compramos, este é o nosso terreno”. (...) “...Tem sim, os que compraram igual a nós, porque eles também compraram e construíram.” (Camelô brasileira se referindo aos camelôs bolivianos)

(34) “... aí depois que entrou o outro prefeito, que foi tirado todo mundo da praça e aí cada um foi pra terreno particular.” (...) “...sim, fomos obrigados a sair da praça, não foi porque nós quisemos.” (...) “...só permanece camelô até hoje porque é em terreno particular. ...ele conseguiu esse terreno pra fazê as lojinhas. Cada um comprô seu pedaço. Aí acabou desmanchando tudo da praça.” (Camelô brasileira)

Em todos estes recortes temos uma narrativa de deslocamento que predica o nós. No recorte (33) podemos ver que o locutor-camelô-brasileiro refere-se aos camelôs brasileiros por um nós, e no momento que vai se referir aos camelôs bolivianos o faz por um eles. Desta forma o eles se opõe ao nós, porém, esse nós é reescriturado por todo mundo no recorte (34), que coloca tanto os camelôs brasileiros como os bolivianos no mesmo lugar. Ao analisar o recorte (32) vemos como ao enunciar ele, o locutor-camelô-brasileiro refere-se à autoridade máxima da cidade.

Esse nós, que aparece nos recortes (31) nós ficávamos na Avenida 7, nós tivemos apoio, que aparece em (32) ele jogou nós pra praça, em (33) nós que compramos, este é o nosso terreno, em (34) não foi porque nós quisemos, está sempre mudando de lugar.

Por outro lado, observemos os recortes a seguir:

(35) “... A prefeitura, e tal pra entrar num consenso e tal e tarará...foi pra câmara dos vereadores aí lá eu dei minha situação e tal, eles deram a deles, a prefeitura deu a deles, no fim, então a câmara entendeu que um problema social e tal e então, vamos ajeitar um local pra eles, aí ajeitou essa praça aí.” (Comerciante e presidente do CDL)

(36) “... a câmara entendeu que era um problema social...” (...)... “e então levou tudo pra o camelódromo.” (Funcionário da Prefeitura)

No recorte (35) temos uma enunciação onde o locutor-comerciante-formal refere-se aos camelôs por um eles deram a deles onde eles refere tanto os camelôs brasileiros como os camelôs bolivianos, significando-os como uma coisa só.

Já em (36) vemos que o locutor-prefeitura (locutor- autoridade) refere-se aos mesmos camelôs por um levou tudo pra o camelódromo. Ou seja, camelôs é rescriturado por tudo no momento em que a autoridade local e o comércio local predicam a designação camelôs. Notadamente em (36) esse tudo é esse eles que está em (35)

Se compararmos no recorte (35) ajeitou essa praça aí e no recorte (36) levou tudo para o camelódromo, podemos ver que praça e camelódromo mostram o funcionamento dos camelôs nos espaços urbanos quando enunciados tanto pelo locutor-comerciante-formal como pelo locutor-prefeitura. Vemos aqui que praça e camelódromo definem a nova designação de espaço que funciona como a atestação de que os que aí trabalham são tão somente ‘camelôs’.

Podemos observar, analisando os recortes acima, que na relação camelô/Prefeitura, ocorre uma série de deslizamentos de sentidos dos espaços públicos. Primeiramente o espaço público tem sentido de mobilização do camelô, ele era indefinido, ora numa rua ora em outra. Depois por determinação jurídica o espaço público tem sentido contrário, agora o seu espaço é num lugar definido.

4.2 - AS IMPLICAÇÕES DO DIZER: ‘PROBLEMA SOCIAL’

Vejamos um outro aspecto interessante que merece nossa atenção. Aparece nos recortes acima a questão do ‘problema social’.

Vejamos que *problema social* aparece falado de dois lugares diferentes. De um lado aparece tanto o lugar do locutor-comerciante-formal em (35) como o lugar do locutor-prefeitura em (36) na narrativa de um problema para a cidade, para o comércio local. Já do outro lugar aparece o locutor-camelô-brasileiro na narrativa de um problema, de uma dificuldade.

Temos aqui então duas narrativas absolutamente opostas. Uma está dizendo pela voz do locutor-camelô-brasileiro que há um problema social. Vejamos em ((31),(32) (33) e (34), *...eles jogou nós pra praça, ...ajuntou tudo lá porque já estava muito, ...a gente era tudo da praça aí...tirou a gente de lá, ...foi tirado tudo todo mundo da praça, ...fomos obrigados a sair da praça, ...não foi porque nós quisemos.*

Estas narrativas contam um problema, ou seja, eles, os camelôs, reclamam porque não têm lugar para ficar, ficam sendo levados de um lugar para outro, não têm, portanto, condições de trabalhar.

Na segunda narrativa, pela voz do locutor-comerciante-formal e pela voz do locutor-prefeitura, aparecem em (35) *para entrar num consenso e tal....a câmara entendeu que (era) um problema social....então vamos ajeitar um local para eles, aí ajeitou essa praça*, e em (36) *a câmara entendeu que era um problema social...e então levou tudo para o camelódromo*. Estas narrativas dizem que os camelôs *são* um problema social, que eles *são* um problema para a cidade, portanto é preciso valer-se de uma determinação jurídica para definir um espaço público para eles.

Podemos nos perguntar, o que é um problema social? Problema social é o fato de eles não terem lugar ou o fato de que eles são um problema para a cidade?

Se confrontarmos estas duas cenas enunciativas opostas, vamos ter: - de um lado, a narrativa da falta de lugar, - e de outro a caracterização disso como problema social. Portanto, vemos que os camelôs *são problema* para a cidade, e não é pelo fato de eles não terem lugar, o problema social é então *eles existirem enquanto tal*.

CAPÍTULO V

O SENTIDO DE LEGALIDADE/ILEGALIDADE NAS RELAÇÕES COMERCIAIS DE FRONTEIRA

Nesta relação comercial informal que existe na cidade de Cáceres, os camelôs brasileiros e os camelôs bolivianos se equiparam. Eles deixam de ser camelôs ambulantes e passam agora a constituir uma nova categoria de comerciantes informais com as mesmas dimensões do comerciante formal, porém com algumas diferenças.

Dentre estas diferenças, os camelôs passam a ser donos dos seus terrenos, vendem qualquer variedade de produto (vestuário, brinquedos, eletro-eletrônicos, cosméticos) e são obrigados pela Prefeitura a pagar taxas públicas que, no entanto, são diferenciadas dos impostos que os comerciantes formais pagam (ou seja, os camelôs não pagam impostos).

Esta situação traz conflitos com os comerciantes formais na medida em que por um lado os comerciantes formais sentem que os camelôs (brasileiros e bolivianos) estão tomando seu espaço. E por sua vez, os camelôs brasileiros sentem que são os camelôs bolivianos que estão 'atrapalhando' o seu comércio informal.

Vejamos os seguintes recortes:

(37) “... aí o troço começou a crescer, por quê? Porque eles não tiveram a precaução de fazer um controle ...era pra ficar 40 camelôs e nada mais do que isso, agora foi os 40. Aí aumentou mais 40, e hoje, existe mais de 200 camelôs. A própria prefeitura perdeu esse controle, todo mundo quer ser camelô, é muito fácil, vai lá, compra uma banca e instala, aluga um salão igual que aquele ali que o fulano fez ali pra camelô, aí botou lá 80 camelô. O outro fez lá e tá cheio de camelô, do outro lado, né.” (Comerciante e presidente do CDL)

(38) “... nós já enviamos os boletos de cobrança, uma taxa de serviços públicos”. (...) “...seria mais uma taxa né, porque imposto geralmente não pode ser cobrado porque camelô não é uma atividade legal...” (Funcionário da Prefeitura)

(39) “... na época o presidente do CDL bateu duro porque ele queria que a gente... ele queria que a prefeitura obrigasse o pessoal, ou acabava de uma vez, né, ou que era para pagar o imposto como eles pagavam. Só que na realidade a prefeitura não tinha como cobrar, a receita também não tinha como cobrar porque o camelô, ele é ambulante né.” (Ex-camelô, ex-presidente da Associação)

No recorte (37), o comerciante, fala do lugar do locutor-comerciante-formal, e ‘camelô’ refere a todo o conjunto de camelôs, e seu sentido vai se refazendo. Ao se dizer ‘todo mundo quer ser camelô’, ‘camelô’ não designa simplesmente ambulante, ou informal e muito menos vendedor de quinquilharias, mas uma nova categoria de comerciantes em expansão.

As demais referências podem ser analisadas como enunciações que constituem os elementos deste novo sentido no conflito que vem sendo analisado. Ou seja, se eles estão pagando para a Prefeitura (38) eles passam a ser legitimados como uma categoria nova de comerciantes em expansão. Não são considerados lojistas porque por mais que paguem uma taxa, os camelôs não têm a mesma carga tributária que um lojista formal.

Analisando os recortes acima, aparece um questionamento muito interessante. Os ‘camelôs’ fazem problema?

Se analisarmos no recorte (37) ai o troço começou a crescer, não tiveram a precaução de fazer controle, a própria prefeitura perdeu o controle, ou no recorte (38) queria que a Prefeitura obrigasse o pessoal, ou acabava de uma vez, poderíamos entender que o que se significa do lugar da autoridade constituída é de que realmente os camelôs fazem problema.

Porém, no recorte (37) todo mundo quer ser camelô nos mostra o contrário. As análises mostram que pelo fato de hoje os ‘camelôs’ serem esta nova categoria, realmente ser ‘camelô’ não faz problema, está havendo um aumento dos mesmos e muita gente que também inclui comerciantes formais, quer passar a ser

camelô. Este novo sentido que se instala põe o ‘camelô formalizado’ num outro lugar.

Tomemos agora recortes onde o locutor-camelô-brasileiro passa a tomar o lugar do locutor-comerciante-formal quando vai se referir ao camelô boliviano.

(40) “... Não eles não vendem o mesmo que nós vendemos, eles traz muita roupa, mais é roupa, roupa e sapato. Do que eles não pode vender é brinquedos, só roupa mesmo. ...não, não tem (nenhum documento escrito na prefeitura), nem precisa nós camelôs brasileiros também não aceitamos que eles vendam outra coisa se não roupa, Mas não tem nada escrito, é só um acordo entre nós, só de palavra. Mas eles não pode vende porque se eles vende nós não deixa, entendeu.” (Camelô brasileira)

(41) “... Na realidade porque eles atrapalham muito, ... eles concorre com nós os camelôs brasileiros. ... Eles trazem, agora brasileiro não pode trazer, mais eles trazem, e não é pouco não. A gente paga lá no Paraguai 2 dólar e 80 centavos que corresponde a quase 5 reais mas eles vendem a 4 reais aqui. Então se nós pagamos lá 4 reais como que vai vender aqui a 4? Não tem como!” (...) “... E tem mais, eles trazem a caixa fechada e nós brasileiros não podemos trazer nada de caixa fechada. Se passar na barreira e passar pela fiscalização eles tomam a caixa fechada porque é proibido passar. Mas o boliviano pode...” (Camelô e ex-presidente da Associação)

(42) “... e a prefeitura faz o que? Não faz nada pra proteger nós, os camelôs brasileiros.” (Ex-camelô brasileira, ex-presidente da Associação)

(43) (Camelô brasileira) “... e também é só esse ano né, porque eles estão prejudicando muito as lojas...” (...) então a prefeitura falou que eles vão ficar ate janeiro.”

(44) “... hoje a senhora vai no mercado e tem um produto boliviano, a senhora vai nas loja e tem produto boliviano, onde a senhora for tem produto boliviano e isso é um absurdo.” (Camelô e presidente da Associação dos camelôs)

(45) “... aí chegaram, aí foi chegando bolivianos. foi entrando, entrando e aí prejudicô os brasileiros.” (Camelô brasileira)

Nestes recortes observamos que o fato de ser uma relação comercial entre países (Brasil/Bolívia), dentro de um mesmo país (Brasil), esta relação comercial passa a significar.

Percebe-se que quando entra a questão do outro comerciante ser um camelô boliviano a questão de ser estrangeiro está significando no momento em que são implantadas restrições, por exemplo, em (40) eles não vendem o mesmo que nós vendemos, eles não pode vender é brinquedos. Isto produz uma identificação do camelô brasileiro com o lugar do comerciante formal.

Nos recortes (41) e (42), o pronome nós tal como já vimos em análises anteriores não refere *camelôs*, mas sim *camelôs brasileiros*.

Além disso, observa-se em (41), (42) e (43) que onde o Locutor refere-se aos *camelôs bolivianos* como só bolivianos, e o eles do nós camelôs brasileiros que está sendo referido pelo próprio Locutor.

Vejamos ainda no recorte (45), que no momento em que o Locutor designa o outro de boliviano, ele o designa pelo fato do camelô boliviano ser um estrangeiro e não um camelô. Por causa da sua nacionalidade, ele é diferente do camelô brasileiro. Aqui o lugar de enunciação é, também, o do locutor-comerciante-formal.

O sentido que se instala é que se o camelô é de nacionalidade boliviana, ele não poderia comercializar na cidade de Cáceres, entendendo que ele é estrangeiro e não tem documentação legalizada, ele não reside na cidade, está só de passagem, portanto é considerado um comerciante flutuante, o que leva a concluir que ele não contribui com o crescimento da cidade e ainda mais, ele vende os seus produtos mais baratos do que qualquer camelô brasileiro. Portanto, no momento em que se designa

camelôs como simplesmente *boliviano*, se instala como lugar de estabilidade referencial um sentido pelo apagamento de outros (o de camelô).

Observemos agora como nessa relação comercial aparece a questão da legalidade/ilegalidade: de um lado o lojista – que se julga um comerciante ‘legalizado’ e do outro lado temos o camelô brasileiro e boliviano que se julgam também comerciantes ‘legalizados’.

Vejamos como estão funcionando estes recortes:

(46) “... pra nós por exemplo da classe empresarial o tratamento que a gente vê a respeito de *boliviano* ou dos próprios brasileiros é um só. né. não existe diferenciação o que está acontecendo no meu entender é crime, não só aqui em Cáceres mas no Brasil inteirinho, não é verdade? Porque? Porque eles estão praticando contrabando.” (Comerciante e presidente do CDL)

(47) “... de qualquer maneira lá pra nós, eles estão prejudicando demais. entendeu, porque pela quantidade de camelô que existe na cidade hoje, eles competem muito de frente com o comércio estabelecido...” (...) “porque nós pagamos impostos muito altos e eles não pagam nada.” (Comerciante Formal)

(48) “... se você me perguntar como está o comércio hoje eu te falo, tá ruim...” (...) “...a senhora procura que vai encontra em todas as lojinha porque nós não tamos vendendo, porque? Porque eles venderam pra o mercado mais em conta.” (Camelô e presidente da Associação dos camelôs)

Observando o funcionamento destes conflitos vale a pena retomar estas duas nomeações: camelô brasileiro e camelô boliviano. Quando o camelô brasileiro nomeia o camelô boliviano, ele apaga o sentido que determina a mesma condição de comerciante que eles têm, a enunciação do camelô brasileiro se dá do lugar do lojista (48).

Com isto o camêlo brasileiro se põe no lugar do locutor-comerciante-formal, no lugar daquele que paga todos os encargos que lhe correspondem por trabalhar na economia formal. Apaga-se assim o sentido de que ele é um camêlo, e que, tal como o camêlo boliviano, não paga encargos sociais, impostos, alvará etc.

É interessante observar que a insatisfação que o camêlo brasileiro demonstra no recorte (48), a respeito dos camêlos bolivianos é a mesma que os lojistas demonstram contra os camêlos em geral nos recortes, (46) e (47).

Este discurso legalista que o camêlo brasileiro assume, é enunciado do lugar do locutor-comerciante-formal que lhe permite pensar que está de acordo com toda a legislação, pagando, inclusive, todos os impostos e encargos sociais exigidos.

Um movimento interessante que aparece quando analisamos o discurso do comerciante formal e o discurso do camêlo é que em nenhum momento o discurso do comerciante formal encampa o discurso do camêlo, mas por outro lado em algumas situações o discurso do camêlo encampa o discurso do comerciante formal. Isto quer dizer que neste movimento de construção de sentido não há reversibilidade por causa da posição discursiva que ambos tomam. Como vimos a posição de sujeito é a da legalidade.

Isto ocorre porque o comerciante formal que está falando do lugar do locutor-comerciante-formal, nunca vai passar para o lugar do locutor-camêlo-brasileiro, mas, o camêlo sim, muda de lugar. Isto porque o camêlo brasileiro se divide, entre o lugar de um locutor-camêlo-brasileiro e o lugar de um locutor-comerciante-formal. Ocorre aqui um movimento enunciativo pelo qual o camêlo brasileiro se identifica como comerciante e brasileiro e o comerciante formal não se identifica como camêlo (ou seja, só como brasileiro).

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito este percurso, considero oportuno voltarmos a lembrar o objetivo da nossa pesquisa: a) estudar e analisar os sentidos que se instalam e que se apagam no processo designativo dos camelôs brasileiros e camelôs bolivianos na cidade de Cáceres; b) entender como a designação *camelô* funciona na enunciação a partir das diferentes relações sociais, econômicas ou jurídicas.

Podemos resumir três operações enunciativas desenvolvidas neste trabalho. No primeiro caso, o lugar de enunciação dos comerciantes formais é o do locutor-comerciante-formal que não reconhece a figura dos camelôs (tanto brasileiros como bolivianos). Deste lugar de locutor defendem-se os comerciantes que já foram legitimados pela população e pela legislação sobre relações comerciais.

No segundo caso, os camelôs brasileiros enunciam do lugar do locutor-comerciante-formal. Deste lugar excluem os camelôs bolivianos da classe dos camelôs. Neste caso o *nós* é um *nós* brasileiros comerciantes com o que se institui o sentido de que *nós* (entendendo os camelôs brasileiros) podemos comercializar de forma legalizada mas, *eles* (bolivianos), não podem. *Eles* estão de certa forma na ilegalidade tanto no aspecto comercial como no aspecto que diz respeito à nacionalidade. Em verdade é este último aspecto que produz o sentido da ilegalidade do primeiro.

No terceiro caso, os camelôs brasileiros enunciam do lugar do locutor-camelô-brasileiro. Deste lugar, contrariamente, inclui-se o camelô boliviano. Neste caso o pronome pessoal, *nós*, produz um efeito de sentido que constitui a categoria do camelô independentemente da nacionalidade. O *nós* dá um efeito de aparente neutralidade da identidade específica do sujeito e conseqüentemente o associa a uma coletividade e acaba construindo um sujeito que fala em nome de todos (camelôs) fundado num reconhecimento do espaço de representação dado pelo povo e pelas autoridades locais. Aqui sim, ele enuncia ilusoriamente com um discurso de igualdade.

Pelas análises feitas nota-se que a designação *camelô* é constituída numa cena enunciativa cuja posição de sujeito é a do discurso da legalidade e cujo lugar social de locutor é o do locutor-comerciante-formal. Assim na medida em que um locutor-camelô-brasileiro se diz camelô, ele esta se referindo a si mesmo enquanto um ser social camelô, isto é possível por uma designação que significa as relações da cena enunciativa

acima descrita, ou seja, o locutor-camelô se refere a si incluindo na sua enunciação a enunciação de um locutor-comerciante.

De este modo falar como locutor-camelô é falar de um lugar posto de fora, numa relação hierarquizada de poder em que o dominante é o outro, segundo uma divisão do mundo social que a designação *camelô* traz. Vale a pena notar que o movimento de sentido da enunciação do locutor-camelô-brasileiro traz como deslocamento fundamental algo que desliza pela questão da nacionalidade, mesmo que tenha também deslocado o sentido da pobreza para as de relação de trabalho.

Por esta redivisão do real pela nacionalidade alguém que se auto-refere como camelô fala do lugar do comerciante e deste lugar exclui camelôs bolivianos, pois não são brasileiros, são só, apenas, *bolivianos*, ou *collas* ou *formiguinhas*. Estando estes, deste modo, significados no extremo da ilegalidade: ser de fora significa não pertencer.

Parte daqueles que se auto-referem como camelôs e que falando do lugar do camelô-brasileiro, inclui no seu *nós*, camelôs bolivianos, em luta contra os comerciantes, quando fala do lugar do comerciante-formal inclui no seu *nós* os comerciantes, em luta pela exclusão (em virtude da nacionalidade), dos bolivianos.

É interessante ver aparecer aqui um jogo importante entre a designação, a identificação social e a constituição de lugares de dizer que projetam a divisão do sensível para a divisão do acesso à palavra enquanto locutor.

Este é um lugar interessante para pensar a questão que Guimarães (1995) coloca ao dizer que a enunciação é o funcionamento da língua no acontecimento afetada pelo interdiscurso. Não se pode deixar de ver aqui esta equivocidade de identificação social que faz parte da luta dos camelôs brasileiros, constituída pela posição de sujeito de que todos falam neste caso, mesmo quando se assume como camelô, que não deixa de significar que *camelô* é uma designação constituída pela posição de sujeito da legalidade e por um locutor-comerciante-formal, como já dissemos acima.

A autodesignação pelo locutor-camelô-brasileiro de *camelô* produz uma inclusão e uma divisão que auto-exclui os camelôs do sentido do que o comerciante designa, mas o inclui por outra via, por outra cena enunciativa, a do sentido da nacionalidade. Por esta via os camelôs brasileiros se identificam, enunciando como locutor-comerciante-formal num *nós*, com o que comerciante designa.

Vejamos agora um quadro explicativo que exemplifica as enunciações analisadas.

Nota-se que existem duas posições de sujeito, uma da posição de legalidade e a outra da posição das relações comerciais.

Da posição da legalidade temos o locutor-comerciante-formal que tem dois *nós*: **nós-1** e **nós-2** e para cada *nós* temos o **eles** correspondente.

Nós-1, são os comerciantes e para este **nós-1**, **eles** são os camelôs.

Nós-2, são os camelôs-brasileiros e os comerciantes, e cujo **eles**, são os bolivianos, os formiguinhas e os collas.

Da posição das relações comerciais temos o locutor-camelô-brasileiro que também tem dois *nós*: **Nós-1** e **Nós-2**.

Para este **nós-1** que são os camelôs (geral), o **eles** são os comerciantes, Prefeitura e a população.

O outro *nós* desse locutor-camelô-brasileiro, **nós-2**, temos os camelôs brasileiros, (não mais os comerciantes), neste caso o **eles** são os bolivianos, o povo lá, os formiguinhas e os collas.

Em resumo, o que se nota é que quando por exemplo, formiguinha é falado do lugar do locutor-comercinante-formal, formiguinha significa o que significa afetado pela posição de sujeito da legalidade, significa assim, a ilegalidade. E quando ele é falado do lugar do locutor-camelô-brasileiro, formiguinha significa o que significa afetado pela posição de sujeito das relações comerciais. Ou seja, não significa a ilegalidade.

Isto pode ser verificado nos recortes que mostramos anteriormente. Portanto, dependendo da posição de sujeito, formiguinhas pode transitar de um lugar para outro, de um sentido para outro.

Posição de sujeito	Locutor-x	NÓS-1	ELES	NÓS-2	ELES
Legalidade	• Locutor-comerciante-formal	• Comerciantes	• Camelôs	• Camelôs-brasileiros • Comerciantes	• Bolivianos • Formiguinhas • Collas*
Relações comerciais	• Locutor-camelô-brasileiro	• Camelôs	• Comerciantes • Prefeitura • População	• Camelôs-brasileiros	• Bolivianos • povo lá • Formiguinhas • Collas*

* Obs.:

A diferença de lugares de enunciação e posição de sujeito que enunciam bolivianos, formiguinhas e collas dá sentido diferente a estas designações. Uma mesma enunciação pode estar afetada por mais de uma posição de sujeito, o que constitui para ela, se assim for, uma equivocidade muito particular.

Dessa forma pudemos mostrar o funcionamento enunciativo das operações de designação da relação entre os comerciantes formais e os comerciantes informais (camelôs brasileiros e bolivianos), da relação entre os camelôs brasileiros e os comerciantes formais e da relação entre os camelôs brasileiros e os camelôs bolivianos, onde sentidos opostos ou contraditórios coexistem constituídos do interdiscurso que permite que se enuncie de lugares incompatíveis.

Retomando a questão do interdiscurso lembramos que ele "sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. Sobre essa memória, da qual não temos controle e que nossos sentidos se constroem, o que nos dá a impressão de que sabemos o que estamos dizendo. Assim se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos" (Orlandi, 1999:54).

Podemos dizer que as análises nos permitiram ver os espaços por onde os camelôs tentam significar pelo aparente reconhecimento do outro, na ilusão de que não há diferenças tentando aparecer como sendo todos iguais (comerciantes formais).

Assim, no momento em que se afirma o sentido de uma das partes, se torna necessário estabelecer o seu contrário. Dito de outra forma, no momento que se instala o sentido *camelô*, se instala o sentido de que não é um comerciante formalizado.

Pelas análises chegamos a uma reflexão que foi norteadada pela vontade de encontrar os sentidos que nos revelam interpretações opostas, como: a) o que é um comerciante formal e o que não é comerciante formal, ou seja, o que é ser um camelô; e b) o que é estar legalizado e o que é não estar legalizado. Os sentidos que trazem estas díades de sentidos opostos deslocam os seus sentidos de tal forma que acabam por se aproximar.

VII - ABSTRACT

This dissertation aims to study the designation *Brazilian peddlers* (camelôs brasileiros) and Bolivian peddlers (camelôs bolivianos) in the city of Cáceres. Firstly I would like to call the attention for the activity of informal economy in Cáceres, more specifically on to the traders called peddlers. We observe a curious and very interesting fact for besides the Brazilian peddlers, we also find Bolivian peddlers commercializing side by side, apparently, without any conflict. I say apparently since by means of interviews made with formal traders, Brazilian peddlers and Bolivian peddlers, (they constituted the corpora of this research), I found elements that provided me to delimit clippings for the semantic-enunciative analyses. These clippings allowed me to argue the matter of designation of Brazilian and Bolivian peddlers.

In the perspective of *Semântica Histórica da Enunciação* (Historical Semantics) Guimarães (1995), I found theoretical and descriptive concepts that allowed me to show in the analyses how these conflicts appear when given in the discursive event. These analyses also show how the designation *peddler* functions in the discourse from the different relations, may they be: social, economic or legal. And from this study to be able to explain the position and the social place of the Brazilian peddler and the Bolivian peddler that work in an informal economy and that at some moments they are enunciated from a position of legality and in others from the position of illegality.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, NICOLA. *Dicionário de filosofia*. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

BENVENISTE, E. "O homem na língua". In: *Problemas de lingüística geral I*. (Trad. De M. G. Novak e L. Neri). Campinas, Pontes, 1991: .245-293.

BOSREDON, Bernard. "Modos de ver, modos de dizer: titulação da pintura e discursividade". (Trad. Carolina Rodriguez). In: *Rua*, Revista de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp - NUDECRI. Campinas, 5:13-35, 1999.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA - Consulta Eletrônica

DUCROT, Oswald. "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação". In: *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.

GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação*. Campinas, SP, Pontes 1987.

_____. Interdiscurso, textualidade e argumentação. In: *Signo e Seña*. Revista del Instituto de Lingüística. Lengua, argumentación y polifonía. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, nº 9, junio de 1988: 425 - 435.

_____. (org). "Enunciação e história". In: *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. "Os sentidos da república no brasil". In: *Pro-posições*. Nº 5, agosto de 1991.

- _____. "Terra de vera cruz, brasil". In: *Revista de Cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, nº 4, julho-agosto, 1992.
- _____. "Enunciação e processos de designação". Texto utilizado para os projetos HIL e o Sentido público no espaço urbano. Mimeo, 1993.
- _____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. Texto e enunciação. In: *Organon* 23. O texto em perspectiva. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 9, nº 23, 1995:63-67.
- _____. "Os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil". In: *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. "Língua e enunciação". In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, SP, janeiro-junho, 1996.
- _____. "Política de línguas na américa latina". Encontro sobre política Lingüística na América Latina. UBA. Buenos Aires, 1997.
- _____. "Linguagem e mito. Uma concepção de sentido e de texto". In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Nº 2, Pontes, Campinas, SP, julho-dezembro, 1998.
- _____. Textualidade e enunciação. In: *Escritos Ver e Dizer*. nº 2 Labeurb. Unicamp, 1998.
- _____. "Um mapa e suas ruas." Encontro "Cidade Atravessada". Labeurb, Unicamp, 1999.

- _____. "Sentido e acontecimento - Um estudo do nome próprio de pessoa". In: *Gragoatá*. no Prelo, UFF, RJ, 2000.
- HENRY, Paul. "Da pressuposição lógica ao ato de linguagem". In: *A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta P. De Castro. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.
- NOVO DICIONÁRIO DE ECONOMIA . organização e supervisão, Paulo Sandroni, pagina 109, 1999.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. "Protagonistas do/no discurso. *Foco e Pressuposição*. Uberaba, Fista, 1978.
- _____. (1992) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. (1983) *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. (org.) - *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *Análise de discurso - princípios e procedimentos*. Campinas, SP. Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. "Da filosofia da linguagem à teoria do discurso". In: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al]. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. Campinas, Pontes, 1994.

Revista Rumos do Desenvolvimento. Agosto, nº 127, 1996.

Revista Estudos Sebrae. Setembro/Outubro, nº 5, 1994.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. "Camelôs e o direito à cidade". In: *Anais do 7º Encontro da Anpur: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento*. Recife, MDU/UFPE, maio de 1997: 1160/1179.

_____. "Cidade e discurso- paradoxos do real, do imaginário, do virtual". In: *Rua*, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp - NUDECRI, março, 1998, nº 4.

_____. "Um estranho no ninho. Entre o jurídico e o político: o espaço público urbano". In: *Rua*, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp. NUDECRI, 1998.

_____. "É o nome que faz fronteira". In: *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Coleções Ensaio 12 do CPG-Letras/UFRGS. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzato, 1999: 202 -215.

1. - ENTREVISTA COM CAMELÔ BRASILEIRA

DATA: 19/12/1998

E: Entrevistador

C: Camelô Brasileira

E: Faz muito tempo que a senhora trabalha aqui?

C: Já, já faz algum tempo.

E: Você sabe me dizer se os produtos que vocês vendem são os mesmos que os camelôs bolivianos vendem?

C: Não, eles não vendem o mesmo que nós vendemos, eles traz muita roupa, mais é roupa, roupa e sapato. Do que eles não pode vender é brinquedos, só roupa mesmo, e também é só esse ano né, porque eles estão prejudicando muito as lojas, nós não porque nós não vende. Agora praticamente eles, não nos prejudica muito mais,...assim, quando eles traz roupa, e sapatos, né. Então a prefeitura falo que eles vão ficaá só ate janeiro, diz que só ate janeiro.

E: Você acredita que só fiquem ate janeiro?

C: Eu mesma não acredito mas vámo ver, né.

E: Tem algum documento escrito da prefeitura que diga que os camelôs bolivianos só podem vender roupas?

C: Não, não tem, nem precisa, nós, camelôs brasileiros também não aceitamos que eles vendam outra coisa se não roupa, mas não tem nada escrito, é só um acordo entre nós, só de palavra. Mas eles não pode vendé porque se eles vende, nos não deixa, entendeu. Porque eles vende assim, si isto aqui custa 4 lá em Santa Cruz, eles vende aqui a 5, eles ganha só um real. Pra eles ganha 1 real e 50 centavos, tá ótimo! E também outra coisa, eles não investe nada aqui na cidade. Eles vão tudo pra fora, eles não fica aqui na cidade. Eles não tem casa, eles não tem nada. Se você vê o quartinho onde eles mora e tudo apertadinho. Eles só tá de passagem e isso tudo mundo sabe. Eles tá aqui só pra ganhar e ir embora.

E: Você sabe me dizer se é verdade que os camelôs bolivianos tem quantidade limitada de mercadorias para entrar no Brasil?

C: Bem, e o seguinte ele tem e não tem, porque eles só traz 4 unidade de cada coisa, de cada um, mas eles estão aqui todo dia. Eles são as formiguinhas. O nome deles é formiginhas. Eles são formiginhas porque eles vai e vem, vai e vem, entendeu, traz 4

sapato, 4 camisa, 4 calça, 4, 4, 4, aí esses 4, 4, 4, vai longe, muito longe. Tooodo dia a mesma coisa. Então eles ficam aí nessa praça, você pensa que a Prefeitura vê alguma coisa? Vai pensando!”

E: Mas não tem fiscalização?

C: Tem e não tem, você sabe, você sabe o que é vista grossa, né. Agora teve um dia que eu precisei ir lá, eu fui num dia noutro eu voltei pra pegar o ônibus que vem de Santa Cruz. Eles perguntaram pra min porque eu tava indo pra lá. Aí eu falei, agora, os boliviano passam todo dia e vocês não perguntam nada, né. Porque todo dia eles vem, você pode ver eles estão todo dia em todo lado, na feira, na Avenida 7, e nos brasileiros não podemos, agora eles podem, não é um absurdo? Ate Domingo eu chamei a atenção do oficial na feira eu falei escuta aqui, olha o boliviano, tava dois senhores com uma cesta vendendo mercadoria, isso pode? Agora brasileiro, se encosta lá tem que corre, agora boliviano deita e rola e neguem vê nada. Agora a prefeitura exigiu que nós pague mensal, nós estamos pagando³⁸ mensal e os boliviano parece que 90 reais porque vendem roupa, porque prejudica o comércio também isso tudo pra dificulta pra eles, mas eu não sei se eles tao pagando. Nos estamos pagando mas isso tá acontecendo só aqui porque eles vieram de Corumbá porque Corumbá não aceita mais eles, a prefeitura não aceito mais eles lá. Ninguém aceita mais eles, nem Quatro Marcos, nem Lacerda, nem Mirasol, todas as prefeituras tiraram eles, só aqui, veio tudo pra cá.

2. - ENTREVISTA COM EX-CAMELÔ E EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

DATA: 21/03/1999

E: Entrevistador

C: Camelô Brasileira

E: Você lembra da época em que você era camelô e foram para à praça?

C: Sim, foi mais o menos na época da administração do Dr. Antonio, nós ficávamos na Avenida 7.

E: Nessa época já tinha camelôs bolivianos?

C: Já,...já tinha na época em que estávamos na Ave. 7, tinham uns quatro que ficavam perto do posto de saúde. Quando mudamos para atrás da rodoviária os boliviano foram junto com nós, nessa época eram só quatro. Depois que foi juntando, juntando e ficaram muitos. Como digo, deixaram entrar muitos. Nessa época nós éramos só 27 camelôs.

E: Você lembra mas ou menos em que época foi isso?

C: Foi em 1994 que eles vieram em grupos, porque os que estavam aqui começaram a trazé parentes e isso que fez que aumentaram. Isso foi em 94 depois que nós já estávamos aqui na praça.

E: Você foi presidente da associação?

C: Sim, eu entrei, comecei em final de 94-95. Em 94 era Magila, ele foi primeiro aí ele começou a vender pontos sabe, aí o pessoal... é que Magila tava roubando sabe.

E: Como foi que vocês se entendiam com a Prefeitura?

C: Na época ate que nós tivemos apoio da parte do secretário de finanças da Prefeitura, na época ele nos deu apoio. Abriu a parte de cadastro, né, cadastrou todo mundo, até os boliviano inclusive os novo que estavam, também foram cadastrados aí deu um total de 50 camelôs entre brasileiros e bolivianos. Como pagava pra Prefeitura ela não controlava porque quanto mais entravam né, era melhor. Diz eles que não era bem um alvará só que era locação do solo que pertencia a Prefeitura na época, sabe como, mas diz eles que não era um alvará. Mas pra min correspondia a um alvará. Era mensal que pagava pra eles.

E: O CDL, invocava com vocês?

C: Na época o presidente do CDL bateu duro, porque ele queria que a gente,... ele queria que a Prefeitura obrigasse ao pessoal, ou acabava de uma vez, né, ou que era para

pagar o imposto como eles pagavam. Só que na realidade a prefeitura não tinha como cobrar, a Receita também não tinha como cobrar porque o camelô ele... é ambulante né, no mesmo tempo ele tá aqui ou ele pode estar em outro lugar, então não tinha como. É diferente agora né, que foi determinado assim,... um local.

E: E os camelôs bolivianos?

C: Na época nós procuramos a Prefeitura, fizemos uma reunião lá com o secretário e o representante do Dr. Antonio que era o Prefeito e eles disseram pra nós que não tinha como controlar, proibir ou tirar eles, sabe, porque tinha muitos brasileiros estudando em Santa Cruz. E aí fizeram uma ameaça, que se proibisse que permanecessem eles também iam obrigá o pessoal a sair do país lá. Então houve essa ameaça por parte dos boliviano né, então a Prefeitura ficou sem saída, aí nos ficamos quietos, tivemos que aceitá.

E: Me da a impressão de que alguns camelôs brasileiros não gostam dos camelôs bolivianos, o que você acha?

C: Na realidade é porque eles atrapalham muito, porque antes eles mexiam só com parte de roupas, calçados e agora não agora eles mexem com já com tudo! Eletrônica, essas coisa aí eles concorre com nós, os camelôs brasileiros. E muito deles ali são como se diz, eles vendem né, eles já tem comércio lá em Santa Cruz e vem pra cá. Por exemplo tem parentes deles lá que tem é loja mesmo, aí esse parente só manda a mercadoria e eles vão lá busca e traz e aí eles podem vendê a um preço mais em conta sem taxas sem impostos igual a nós. Na realidade eles são assim tipo como se diz, eles estão vendendo pra as empresas, pras fábrica deles. Eu creio que, eles nunca eles disseram mas eu creio que eles ganham uma percentagem né, na venda das coisas que eles trazem.

E tem também as formigas que traz pra eles sabe, e aí eles então... porque se fosse que eles vendem ao mesmo preço que tinha o preço de lá, e vender aqui, eles não sobrevivia aqui. E ainda atrapalha o nosso comércio porque o dólar no preço que vai não têm como eles sobreviver mesmo aqui. Mas eles pegam já direto dos povo deles. Agora o pessoal aqui tem que dividir o espaço, né, com eles porque fica com dô também, né. Devido a colaboração que eles tem com os brasileiros que vivem lá também. Em San Matias mesmo, tem brasileiros que tem comércio lá, tem ate restaurante.

E: E os produtos que os camelôs bolivianos vendem vem da Bolívia ou vem do Paraguai?

C: Antes era tudo do Paraguai agora ultimamente, desse ano pra cá a maioria esta sendo de São Paulo, Goiânia, da aqui mesmo do Brasil. Porque pra comprar lá não dá, o dólar

subiu muito. Porque por exemplo, si eu quero algo diferente aí então eu só encomendo pras formigas que elas traz, sem problema. Então quando eu precisava né, era só falar com eles, por exemplo, pra quem vende whisky, que eu nunca mexi, nem com cigarro nem com nada, mas pra quem queria era só fala, eu quero 5 litros de whisky e pronto! Eles trazem. Agora brasileiro não pode trazé, mais eles trazem, e não é pouco não! Na época em que eu trabalhava eles não atrapalhavam tanto porque eles não mexiam com, assim, eles não vendiam as mercadoria que nós vendíamos, sabe. Era tudo combinado e era assim, por exemplo, na época quando eu estava tomando conta da associação eu falei pra eles, vocês tem o direito de vendé roupas e calçados e só, então, só ficava em aquilo. Mas agora, depois que houve aí essa separação, que mandaram todo mundo sair da praça então, bagunçou tudo, né, aí acabou tudo. Porque agora estão em terreno particular então cada um vende o que quer não tem mais aquele controle, então por isso é que ha esse conflito hoje em dia. Porque aí por exemplo eles não vendiam fita de vídeo, hoje eles vendem. A gente paga lá no Paraguai 2dólar e 80 centavos que corresponde a quase 5 reais mas eles vendem a 4 reais aqui. Então se nós pagamos lá 4 reais como que vai vender aqui a 4? Não tem como! E tem mais, eles trazem a caixa fechada e nós brasileiros não podemos trazé nada de caixa fechada. Se passar na barreira e passar pela fiscalização eles tomam a caixa fechada porque é proibido passar. Mas o boliviano pode, eles passam porque eles deve ter seu controle sabe, tudo combinado, tem policial aí que vem aqui com caixas das coisas que eles ganham do pessoal. Porque? Porque deixa passar. Então o conflito hoje e esse é que eles tão vendendo tudo pelo preço baixo. Segundo a idéia deles, lá, que eu estive lá com os camelôs agora esses dias uns dois meses atras mais ou menos, então aí eu estive conversando com uma boliviana e sabe o que ela me disse? Ela disse assim pra min, olha se eu fosse você eu não vendia seu ponto sabe, porque no final das contas só vai ficar nós boliviano e a senhora, nós gostamos muito, nós queremos a senhora junto com a gente. Então vai ficar bom ela disse, porque os outros brasileiros, tem muitos que não vão agüentar a concorrência. E a prefeitura faz o que? Não faz nada pra proteger nós, os camelôs brasileiros. Agora vai eu pegar aqui minhas coisas e ir pra lá em San Matias, e montar uma barraquinha lá e vender essas minhas coisas que eu vendo. Vai lá ver se eu não vou ser presa. Vou sim, porque eles não aceita, porque lá é ilegal. Agora nós, aceitamos e é isso que eu não concordo. Com essa atitude do governo brasileiro, e isso aí, porque eu acho assim deve ser igual né, para todos nos, para todo mundo.

3. - ENTREVISTA COM CAMELÔ BRASILEIRA

DATA: 20/03/1999

E: Entrevistador

C: Camelô brasileira

E: ...não entendi? O que quer dizer “colha” ?

C: O colha, são bolivianos que nascem na serra, são as pessoas tipo, tipo índio, são aqueles bolivianos mesmo que são, como se diz assim eles falam que ... que nasceram na serra ... como vou dizer, os legítimos bolivianos mesmo não são eles, ate os próprios bolivianos falam que tem essa distinção de raça deles no caso da originalidade deles da identidade deles principalmente os que estão aqui na praça, esses que trabalham aqui não tem nenhum que são bolivianos então eles são “colhas”, são essas pessoas tipo pra nós aqui no Brasil assim vamos dizer assim os ciganos, digo hippies ou coisa assim. agora eles tem essa distinção entre eles. Tanto é que o boliviano ... minha prima faz faculdade na Bolívia, então ela já trouxe aqui por exemplo em dezembro agora, vieram e ficaram duas aqui com a gente, elas são bolivianas mesmo, uma é Clínica Geral e a outra é formada em Educação Física. Então vieram pra cá e elas foram ate a praça pra elas conhecer e elas não gostam de comprar deles, porque os “colhas”,... os bolivianos que vendem aqui na praça todos eles são “colhas” e eles compram num feirão que no Chile... que tem um tipo de feira no Chile que é assim, que o governo recada as mercadoria em sacolões mas assim em roupas e vestuários não de alimentação, eles ganham tudo e ai mandam para Sta. Cruz, aí em vez de sei lá se é função do governo ou se é da prefeitura, eu acho, eles vendem tudinho eles não doam, eles vendem então se você vai á feira você compra um malote aqueles malão de roupas lacrados por 2 dólar, 7 dólar, 20 dólar, ... ai eles vem vender aqui. Então por isso elas falaram que eles não compram, eles preferem nossa mercadoria brasileira e eles conhecem quando é o boliviano... então ela me disse isso.

E: Então eles não moram aqui?

C: Por isso eles não tem residência. Não, eles não compram nada, só estão de passagem. Dormem mesmo embaixo de lonas e que o habito de viver deles e isso mesmo.

E: Eles tem ligação com San Mathías?

C: Não, não, eles pegam direto essa mercadoria eu acho assim, que deve ter algum tipo de armazém uma coisa assim que vem direto do Chile, e eles compram, tem um local de comprar isso da prefeitura.

E: Em 1995, na época do Dr. Antonio, já haviam camelôs bolivianos?

C: Já tinha, quer dizer, eu acho que sempre teve. Eles sempre vieram. Sempre vendiam na rua. Não afetava porque antes a prefeitura participava. Tinha registrado, tinha carteirinha de camelô na prefeitura. Quando era na rua então tinha quantidade de barraquinhas que eram registradas na prefeitura e nos pagávamos 50 reais, dava 150 por ano e dividia em três vezes ao ano aí você escolhia o mês que era melhor pra você pagar.

E: Isso era já na época do Dr. Antonio, depois mudou?

C: Do Antonio, depois ele jogou nós pra praça era época dele ainda, nessa praça de frente ao Endo.

E: Você sabe porque ele colocou todo mundo ali, nessa praça?

C: Ajuntou tudo aí porque já estava muito... na cidade toda, tava um aqui, outro ali. Então teve a reunião do CDL com os lojistas que não aceitavam mais que era quando os boliviano avançaram com as confecções entendeu, foi na época que ele jogou nós na praça mas acho que todo mundo foi assim prejudicado. De uma certa maneira foi melhor para todo mundo mas assim muita gente achou que foi prejudicado em ter jogado nos, porque tinha um lugar certo de trabalhar. Nos não trabalhava com confecções, trabalhava só com brinquedos e mesmo as vezes muitos era com mercadoria de Goiânia era mercadoria brasileira, não era importados. Aí chegaram, aí foi chegando boliviano, foi entrando, entrando e aí prejudicô os brasileiros. Então por isso ele jogou nós á praça pra não ta todo mundo na rua porque aí iam pra feira, tinha ate no junco, tinha na Avenida São Luís, aqui na 7 de frente a Maria Maria, então tava assim.

E: Então a prefeitura chegou de regulamentar os camelôs?

C: No momento que jogou nós pra praça eles, continuo também. Aí teve que formar uma associação e essa associação nunca foi na época era um homem chamado Magila, ele tem uma cerâmica aqui indo para Vila Nova.

E: Ele era o presidente da associação?

C: Isso, aí depois ele deixou e aí passou por uma senhora chamada Lucila. Ela tem um barzinho de frente ao Rodrigues Fontes.

E: Ela também era comerciante?

C: Também, ela tinha sua barraquinha y também era ela que falava com a prefeitura. Ela trabalhou muito para tentar tirar os bolivianos ela tentou muito e não conseguiu nada.

E: Você sabe porque a prefeitura deixou que os bolivianos também trabalhassem na praça?

C: O único porem eles diziam nas reuniões era que..... os bolivianos prejudicavam nós porque entravam por aí todos os camelôs porque os lojistas batiam encima, né, federal vinha, então, mas era por causa da roupa dos boliviano, porque eles trabalhavam só com roupa então por isso que prejudicava nós. Aí a prefeitura era assim, porque é fronteira, não tem como, só porque é fronteira, isso que eles falavam. A prefeitura não quis se envolver, não pedia passaporte, nada. A única desculpa é que isso é fronteira. Que se um de nos tinha oportunidade para ir ate Corumbá para nós vermos como é lá, até isso eles falavam, que não tem como. Agora em quanto nós... aqui eles trabalham livremente agora enquanto nós não. Se você for na Bolívia e não tiver seu passaporte ou a permanência no país você nem... você não fica, você é preso mesmo!

E: E para comprar lá é fácil?

C: Também não é fácil, a não ser aqui em San Mathias né, mas nós somos revistados. Ainda tem duas barreiras para passar. Mas se você for em Santa Cruz, mesmo você não vai sem passaporte ou você não vai sem ter pagado o visto. Se você não tem passaporte você paga uma permanência no país. Eles tem aquela quantidade que você pode trazer, por exemplo, se é 15 dias, você tem o valor X, se é 20 dias você tem o valor X, e também tem o valor X de quantidade de dias, parece que é só 20 dias, mais disso você não pode ficar mais.

E: E aqui?

C: Aqui não. Aqui eles entram, mora, vive, sai e ninguém fala nada.

E: E com a alta do dólar?

C: Com a alta do dólar ficamos mais prejudicados. Porque eles tem condições de vendê barato e eles tem, por exemplo assim, não faz questão de ganhar nada, parece que é como se.... por isso é que eles chamam “colhas”, porque o próprio boliviano, ...a própria distinção deles é isso, entendeu, porque eles não valorizam. Eles vivem... as crianças, eles comem em qualquer lugar, no chão tipo índio mesmo, você entendeu? Ele trabalha, ninguém sabe assim porque eles não adquire nada. Não adquirem uma boa residência, mesmo que ganhem dinheiro é só pra comer. Então isso aí também prejudica muito pra gente porque se eles viessem e trabalhassem como nós, aí tinha como, sabe como não

prejudicar nos e trabalhar certinho. Você vai em San Mathias ou você vai em Santa Cruz, você compra, você paga 2, ou 5 dólar num perfume e você chega aqui, eles te vendem a 5 dólar, então ...

Eles estão aí, cada vez vem muito... Aí a prefeitura também colocô né que tinha uma quantidade de barracas para permanece á praça, quando nos viemos para praça, aí depois que entrou o outro prefeito que foi tirado todo mundo da praça e aí cada um foi pra terreno particular.

E: Vocês foram obrigados a sair da praça?

C: Sim, fomos obrigados, não foi porque nós quisemos mas foi ate bom porque foi um limpa na cidade, foi uma coisa feia... sabe, ...uma cidade turística. E ele não quis também que deixa-se, que fizessem lojinhas como é hoje. Ou doa-se um terreno para que todo mundo fizesse essa lojinha, não ele não quis, tirou porque era pra acabar. Só permanece camelô ate hoje porque é em terreno particular. O Endo e outro é o Redney, que é o terreno da família dele. Ele conseguiu aquele terreno pra fazê as lojinhas. Cada um comprou seu pedaço. E aí foi quando teve um final de ano também que o camelô teria que ter ICMS, ou firma, tinha que abrir, aí foi no final de ano no mês de dezembro, eu sei que o pessoal ficaram tudo doido. Tinha que ir atras de contador tinha que pagar, alem de pagar 86 reais pra prefeitura tinha que ter a firma, agora, quem é que ia ter condições de abrir uma firma em mercadoria internacional no caso, importados que é muito caro? Era pra acabar mesmo. Aí teve reunião no CDL, teve reunião na Receita Federal e que eles iam dar pé e que iam tirar mesmo e que era pra acabar mesmo então foi aquele rebú. Aí acabou desmanchando tudo da praça e aí os bolivianos só veio aumentando. Agora eu acho que com essa alta do dólar só vai dar eles.

4. - ENTREVISTA COM CAMELÔ BRASILEIRA

DATA: 15/12/1998

E: Entrevistador

C: Camelô Brasileira

E: Você pode falar um pouco sobre a mudança da praça para este lugar?

C: Quando a gente era tudo lá na praça era tudo uma coisa só, não tinha camelô brasileiro ou camelô boliviano, era como se tudo era igual, a senhora lembra?

E: Não me lembro muito bem.

C: A gente era tudo na praça, aí o prefeito tirou a gente de lá e este terreno aqui, nós que compramos, este é nosso terreno, entendeu? A gente comprou, nos compramos e fizemos as casinha também, é nossa, aí agora o Prefeito, ele deu um tempo pra nós, a gente tem que pagar. Esses dia veio a cobrança aí a gente já pagou um mês e vai pagar esse mês agora e o ano que vem vai continuar pagando.

E: Como é a associação de vocês?

C: A associação é assim, porque nós tem o guarda da gente, aqui a gente paga água, nós paga luz, e então é uma coisa assim que é todo mundo junto.

E: Tem camelôs bolivianos na associação?

C: Tem sim, os que compraram igual a nós, porque eles também compraram e construíram. Todos esse aí que você tá vendo que vendem roupa são boliviano, já fazem parte aqui com nós porque esses que por exemplo, eles tem filho aqui nascidos, outros que é casado com brasileiro. Então eles tem algum vinculo com nós.

5 - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS CAMELÔS

DATA: 18/12/1998

E: Entrevistador

C: Camelo Brasileiro

E: Vocês também tem camelôs bolivianos na associação?

C: O boliviano é o seguinte, pelo estatuto que nós fizêmo, boliviano só com a permanência da Policia Federal legal, certo. Eu controlei de um jeito que o que acontece que o povo liberou demais, você tá entendendo? Eu fiz a minha associação e puxei a só quem tinha permanência da Policia Federal legal o que aconteceu? O meu ficô e o deles foi, por causa de que? O meu eu fechei a porta e o deles, eles abriu as porta e eles entraram, simplesmente liberou tudo!

E: Quem liberou, os outros camelôs brasileiros ou a prefeitura?

C: Não a prefeitura não, o terreno, é o seguinte, o dono do terreno por exemplo se vir uma lei que fale assim o, que fale que só com permanência da Policia Federal ficava, aquilo lá acaba. Porque lá você só vê boliviano e quanto mais boliviano pra ele é melhor.

E: Ele quem?

C: O dono do terreno, porque aí ele aluga, mais. O nosso não, aqui não são aluguel, aqui cada um comprou seu terreno, entendeu? Se você me perguntar como está o comercio hoje eu te falo, tá ruim, por causa de que? Porque nós construiu de um jeito e o povo lá fez de outro.

E: Quantos camelôs bolivianos tem na sua associação?

C: Tem, tem cinco boliviano. Deixa eu explicar pra você. Esses que estão com nós aqui, eles já tem um pé firmado aqui com a gente. Ele comprou pra se adquirir alguma coisa. Então se ele comprou é porque ele quer um bem, pra ele você tá me entendendo? Quando a senhora compra você tem interesse, tem interesse na cidade, a senhora tá dando lucro pra cidade. Agora aquele que vem só pra ficá meio, dois, três mês por aí e vazá? Ele vai embora. Ele é aquele que só vem só de ambulante por aqui e volta. Eu acho que a justiça tinha que ser justa com todo mundo. Nós é pra ir lá, buscá, e trazé é 150. Agora eles que traz, traz de lá pra cá, não nós que vamos lá buscá. Eles que trazem pra nós. Eles traz toda hora e todo dia. No meu estatuto o boliviano só pode vendé pra os camelo, mas

hoje a senhora vai no mercado e tem um produto boliviano, a senhora vai nas loja e tem produto boliviano, onde a senhora for tem produto boliviano e isso é um absurdo.

E: Tem comerciantes que vem da Bolívia para vender aqui?

C: Tem, e como tem. Eles vem vender aqui pra revender. Deixa eu explicar para a senhora, essas lanterna de borracha que a senhora tá vendo aí, eles que trazem pra nós, e eu vendia lanterna tão bem, saía bastante, vendia pra todo mundo, agora, agora veja, ela tá pendurada ali, hoje a senhora procura que vai encontra em todas as lojinha porque nós não tamos vendendo. Porque? Porque eles venderam pra o mercado bem mais em conta. Eles compra paga a vista, a senhora tá entendendo? Aí que não dá. Esses dias fui na Prefeitura e falei pra eles, que o que tá acontecendo é simplesmente, é vocês cortá os boliviano, e pronto acabó, boliviano só com permanência da Policia Federal legal. Se não tivé meu filho, um abraço pro cê. Lá na Bolívia eles mesmo me falaram, quem manda seu país não ter lei, o meu aqui tem. Lá tudo que a senhora vai fazé tem que pagá. Eu fui inventa de trazé um peixe na época que a coisa tava ruim e quase que me tomaram o peixe aí eu ía era vende nada. Então é um absurdo essas coisa. Se alguém tivesse tempo de escutá o que eu falo, a senhora tá entendendo. Porque a televisão não vem mais aqui? Porque eu desço o pau, tanto faz na televisão como no Prefeito e na Câmara também. O que tá errado eu falo mesmo!

E: Ninguém te ouve então?

C: Tá difícil dona, muito difícil porque eu não corro mais atras, quando nós estava precisando deles eu fui atras, agora quem tem que corré atras de nós são eles, não nós atras deles, tá entendendo, porque nós já tá assentado aqui eu não tenho que esta mais preocupado com nada. Se nós não paga imposto, nem alvará nem nada é porque ninguém tá cobrando. Quem tem que cobrá são eles. Não somos nós que vamos chega lá e fala, escuta fulano tem que pagá. Nos não pagamos a partir do mês passado é que começamos a pagá. Liberou pra todo mundo, então liberou pra todo mundo mesmo. Eu criei a associação, sabe, porque tirou nós da praça pra nós vir pra cá. Nos éramos 60 camelôs então eu falei com o senhor Prefeito, olha nos vamo comprar um terreno pra 60 camelô, tá bom? Ta bom, então consegui o terreno, esse aqui mesmo, pra 60 camelô, o que eu queria era fecha o cerco, ta entendendo. Mas também como a gente nunca é, como diz o ditado, nem Deus fez a vontade do povo, então eu não consegui faze a vontade de 60 camelô, mas eu puxei 40, e eu acho que tá bom d mais! A senhora tá entendendo, eu puxei 40, 20 escapou, e construíram lá no Endo, outros foi pra 7 de Setembro porque a senhora sabe que lá também tem. Aí cheguei na prefeitura e falei

com eles, vocês não dão apoio pra quem quer trabalhar. Se tivesse apoio pra quem quer trabalhar vocês falaria, Não tem, é só vocês aqui e acabou! Mas a prefeitura não fala nada, e não termina nada mesmo. Eu fiz ele ameaça os boliviano da feira, eu fiz mesmo, eu falei, se vocês não tirá, nos vamos pra feira também, todo mundo. Aí eles falou, Não, não preocupa que a partir de amanhã não tem ninguém mais na feira. Então eu falei vamos vê, se vocês não fazé isso, nos vamos todos pra feira. O que aconteceu? Tiraram! No outro dia tiró todo mundo. Outra determinação que tem que ser feita é cortá os boliviano, porque o certo é a senhora tem direito de ir lá e busca 150 e não ele, trazé, a lei agora é 30 dias pra nos viajá e busca mercadoria. Se não viajo meus documento fica lá tudo organizadinho agora, eles vão lá toda hora! Entendeu? Eu ate já botei o nome no projeto deles, o nome de projeto formiguinha, a senhora entende porque né?

A senhora pode vir aqui de tarde que a senhora vê os boliviano todo dia. Ele vem de manha e de tarde ele volta ou ele vem a tarde e notro dia ele vem embora. Eles vem vendé aqui e daqui os que compra leva a mercadoria embora, você pode vir aqui nessa praça, todo dia, a mesma coisa.

E: O preço realmente vale a pena?

C: O preço deles é o seguinte, deixa eu explicar pra você, porque pra nós é uma beleza, mas o que estrago nos não foi isso, é que eles em vez de vendé pra nos aqui ele vai e vende na porta da casa do comércio. Então dividiu em outro comércio, aí o pessoal cobrou, nos se organiza aqui e então imagina, como é que fica? A senhora coloca 38 real pra nós por mês um mês, e doze, em um ano da 400 real, é 400 não é brincadeira! Uma barraquinha destas pagar 400-500 real pra prefeitura por ano, já imaginou? Aí eu mandei um documento pra eles, que nós temo direito também, nós temo que pagá um alvará anual pra prefeitura, só e acabou! E ainda tá muito! Entendeu. Porque os boliviano não paga nada? Nada pra Prefeitura? Eles não põe lei, eles sabe que tem os formiginha, mas não existe lei, não tem lei, essa que é a verdade. Era só chegar na rodoviária, bastava só um fiscal lá na hora que chegava e perguntá checá, quanto que você tá com mercadoria aí? Escuta aqui, você só vai poder vir aqui de novo de 30 em 30 dias, aí acabava com essa anarquia aí sim, nos ia poder organizar o serviço, todo mundo ia trabalha tranqüilo, certo. Que nós que quisesse o produto ia lá busca e vinha, e botava aqui pra vende.

E: No caso da nota fiscal, como fica?

C: Aí que esta o negocio. Um cara da Prefeitura viró e me falou assim, tá tendo fiscal da Prefeitura mas esse fiscal agora que aparece, aparece um, dois, três dias e some, aí ele

acerta com eles e vai embora, entendeu. Por isso eu falo, porque que eu não posso falar? Eu falo, não é que eu falo demais e porque a Prefeitura não quer ouvir o que eu to falando, a senhora tá entendendo? Deixa eu mostra o documento que eu mandei pra prefeitura, eu sou o líder porque tem que ter uma pessoa, mas só aqui que tem, os outros vai procurar pra ver, que ninguém informa nada. Pode chega lá e pergunta quem é que organiza a coisa lá, pode ver que não tem. Procura sabe quem é o dono do terreno, que vai te falá que é o seu Endo, ele só quer sabé de ganhá dinheiro ele não tá preocupado com mais nada, E a prefeitura deixa, a prefeitura encobre por causa de que? Porque tá dando lucro e então se colocá mais camelô pra eles melhor. Seja brasileiro seja boliviano pra ele tanto faz.

E: Então aqui vocês estão todos de forma legalizada inclusive os camelô boliviano?

C: Os boliviano neste estabelecimento estão se enraizando aqui com nós, entendeu, agora lá não, lá estão os boliviano que esta só de passagem não tem raiz aqui, estão só de passagem e pra você Ter uma idéia lá é de madeira eu não tou querendo mete o pau neles lá de jeito nenhum mas se tem que ser feito o negocio tem que ser certo se não, não dá. Se vamos legalizar todo mundo então vamos. Porque eles estão concorrendo contra nós. Então nos criamos a situação pra 60 camelô hoje a cidade tá cheia, tem quase 180, pode procurar por aí que a senhora vai ver. Agora eu perguntou a cidade comporta tanto, será que suporta mais camelô, esse tanto? E a prefeitura deixa, porque? Eles estão errados e não quer que eu fale, tem que falar o que tá certo e o que tá errado também, a senhora entende.

6. - ENTREVISTA COM CAMELO BRASILEIRA:

DATA: 05/12/1998

E: Entrevistador

C: Camelo Brasileira

E: Vocês fazem reuniões entre vocês?

C: Não, não porque acontece o seguinte, por devido que todo mundo tem o mesmo produto, a mesma coisa, para vender é muito desunido, não tem união, então não tem.

E: E a relação de vocês com os bolivianos, como é?

C: São boas assim, tem pessoas neh, você sabe que todo tipo de de de nação, você sabe que tem aqueles neh, que ...,que brigam, eu bom, eu sou uma pessoa que eu fico na minha, entendeu, eu chego e... pra começar eu não fico muito tempo aqui é mais e meu marido que fica aqui eu chego eu entro, trabalho, e vou embora, eu tou aqui é pra trabalhar não tou por fazer confusão com ninguém sabe, agora, se mexer comigo e claro, que eu vou me defender mais a partir do momento que não mexe comigo,.....

E: e os comentários assim, .que você escuta dos seus colegas por eles estarem aqui?

C: Não, a grande realidade é o seguinte, os bolivianos eh, eh, eles estão aqui ate mesmo por causa da população que aceita não é por causa de nos camelos que aceitamos porque o, o, os bolivianos ta aqui é porque o dono do terreno aceitô eles aqui, porque por nós eles não tariam aqui, e nos não podemos fazer nada por que nós somos trabalhando no mesmo sistema que eles através de vendas através de sobrevivência agora, a partir do momento que o dono do terreno alugo para eles nos não podemos fazer nada, y a partir do momento que o prefeito aceita neh, porque eu acho que se o prefeito não aceita-se neh, não teria problema de eles estar aqui, mas eles aceitam

E: Eles chegaram depois?

C: N, N, Não, a grande realidade é o seguinte, eu não sei quando foi que o boliviano começou a infiltrar aqui dentro de Cáceres eu não sei porque camelo começô a existir com brasileiro e de repente começô os bolivianos e tão ate aí. Então quando chega a data festiva a grande magoa que os brasileiros tem é o seguinte que cada barraca são três quatro pessoas que trabalham com uma barraca só e paga o mínima coisa que nos pagamos. E paga só um aluguel paga água, igual a gente luz, tudinho, entendeu então esse que é o problema nosso, e se vai falar ate mesmo com o proprietário do terreno ele

não tem solução então eu acho que não adianta você brigar por uma coisa que você sabe que não vai ter resultado entendeu já teve reclamação só que ele não fez nada

E: Essa questão da quota, que vocês só podem trazer 150 dólares?

C: Os bolivianos trazem quanto eles quiserem, e ate hoje nos não descobrimos ainda como é que eles passam, porque nós são conseguimos passar, e eles passa. A grande realidade é o seguinte, eu acho neh, que isso corre dinheiro, que você sabe que tudo, tudo, nesse mundo, o dinheiro manda.

E: Agora, parece que eles não tem muito dinheiro?

C: O que? Você está e enganada, boliviano só tem facha que não tem dinheiro, a maioria desses boliviano ai, tem muito dinheiro em Santa Cruz, muito dinheiro, bens, e moram aqui. E outra coisa pelo que eu saiba, neh, isso é uma coisa que comentam por ai, diz que, o boliviano, pra ele poder ficar aqui ele tem que ter bens e eles não tem.

E: E eles moram aqui mesmo?

C: Moram, um pouco mora na rua Riachuelo, outro pouco mora pra cá não sei aonde, eles tem casa de aluguel.

7. - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS (CDL).

DATA: 12/12/1998

E: Entrevistadora

C: Comerciante

E: Como que está essa situação da relação com os camelôs, eu sei que o clima não é muito favorável com relação ao comércio informal mais especificamente com os camelôs bolivianos, como é que está?

C: O caso é o seguinte, pra nós por exemplo da classe empresarial, o tratamento que a gente vê a respeito de boliviano ou dos próprios brasileiros é um só né não existe diferenciação o que está acontecendo no meu entender é crime, não só aqui em Cáceres mas no Brasil inteirinho não é verdade, por que? Porque eles estão praticando contrabando, a legislação nossa fala que o cidadão pode ir para o exterior e trazer R\$500 de bagagem se ele estiver embarcado em transporte aéreo e U\$150 se ele estiver em terrestre, e esse valor não fala que é pra comercializar, é para uso pessoal. O que acontece, o cara pega um ônibus aqui vai no Paraguai e traz U\$2, 3 mil dólares, isso é contrabando e ainda põe pra vender em praça pública. Agora por que que as autoridades não resolvem isso aí, porque as autoridades também tem uma participação muito grande nisso aí, porque não cuidou da questão do emprego, ele não está atendendo o cidadão como ele precisa aí faz vista grossa, agora eu particularmente tenho falado no CDL que eu não sou contra esse pessoal no aspecto de eles estarem trabalhando porque no meu entender é melhor ele estar lá fazendo esse tipo de crime do que ele estar roubando, matando analisando a situação em aspectos diferentes, de qualquer maneira lá pra nós, eles estão prejudicando demais, entendeu, porque pela quantidade de camelô que existe na cidade hoje, eles competem muito de frente com o comércio estabelecido até porque eles tem preço e nós não temos, você vai comprar num camelô boliviano uma mercadoria por R\$10,00 que em qualquer comércio custa R\$15,00 porque nós pagamos impostos muito altos e eles não pagam nada.

E: Deu pra sentir entrevistando os camelôs brasileiros que já tem alguma desavença com os camelôs bolivianos.

C: É porque os bolivianos estão atrapalhando eles com os preços.

E: E parece que já estão vendendo para o comércio local. São bolivianos que chamam de formiguinha, não sei se você sabe alguma coisa a respeito deles?

C: O comércio formiguinha que a gente entende é o seguinte: como eles não podem trazer 500 camisas dessas por mês, então eles trazem as 500 camisas do Chile ou do Panamá e deixam em São Matias, daí manda a mulher, que geralmente boliviano trabalha em grupo né marido, mulher, filho, sobrinho... daí manda o menino lá de ônibus e traz 12 camisas, aí você vai e traz mais 12, ele vai e traz mais 12 quer dizer, que em uma semana ele traz as 500 camisas então esse que é o chamado comércio formiguinha porque eles trazem de pouquinho mas é um atrás do outro, sabe.

E: E você sabe se eles estão vendendo para o comércio local?

C: Olha eu não posso responder essa questão porque pra mim também quem estiver comprando está assumindo um papel muito desagradável neh.

E: Sim porque numa entrevista com um camelô brasileiro ele falou que eles estão tendo problemas porque por exemplo eles compram mercadorias desse boliviano e eles vendem a um preço x só que agora o comércio local também está tendo.

C: É eu até gostaria que ele desse o nome do comercio sabe, de quem faz isso porque do jeito que a gente bate duro em cima dos camelô, bate duro assim, em termos, a gente gostaria que eles falassem, olha, tal loja comprou a mercadoria do boliviano pra saber que a loja está comprando contrabando, isso aí até pra mim era interessante que ele falasse, porque eu tinha como, iria no jornal na televisão porque esse é um mal comerciante, eu sei que tem gente fazendo esse tipo de coisa, comprando neh mais,.....

E: E a fiscalização da prefeitura não está havendo uma...

C: Pois é o que eu falo, esses dias eu estive reunido com Aloísio e o Rose e eles estavam falando assim: olha presidente, agora a gente vai resolve a questão dos camelôs aí eu fiquei sem saber como que eles iriam resolver e a um período atrás a gente andou reunindo assim com frequência pedindo para dar um jeito e não de acabar, e de legalizar de fazer alguma coisa.

E: Tomar uma posição neh

C: Teve uma época que foi assim, o estado deixou aquela praça Major João Carlos você se lembra disso, tinha ali uns 20 camelôs aí fiz uma comissão da minha diretoria do CDL e fui falar com Antônio Fontes que era prefeito na época, não nós vamos acabar com isso aí porque ele também gostava das coisas certinhas da cidade limpa, tirar esse pessoal assim, desobstruir as vias públicas, e tal, estávamos de uma maneira que, então não sei se você se lembra, era garapeiro de um lado churrasqueiro do outro, sabe, tudo

encima das calçadas, das avenidas neh. Então a prefeitura falo, vamos acabar com isso ai, você pressiona de um lado que eu aperto do outro, Ai sentamos todos para reunir, o prefeito, o secretario de obras, e tal, ai fizemos a reunião, vamos tirar, vamos tirar e vamos tirar, e então quando a coisa apertou para o lado deles, eles correram pra câmara, entendeu, procuraram o presidente da câmara, ai, solicitaram lá, a presença do CDL; a prefeitura, e tal pra entrar num consenso e tal e tarará....foi pra câmara dos vereadores ai lá eu dei minha situação e tal, eles deram a deles, a prefeitura deu a deles, ai eles começaram ai aquela agitação aquela coisa, e no fim, a câmara que deveria apoiar, não aprovou, porque? Porque precisa dos votos deles, então a câmara entendeu que era um problema social e tal, e então, vamos ajeitar um local pra eles, ai ajeitou essa praça ai, aí o troço começou a crescer porque? Porque eles não tiveram as precaução de fazer um controle, porque no nosso entender, tinha que ter acontecido o seguinte, eles estavam em 40 camelôs vamos dizer, saiu dali foi pra quele outro espaço, era pra ficar 40 camelôs e nada mais do que isso, agora foi os 40, ai aumentou mais 40, e hoje existe mais de 200 camelôs. Então a própria prefeitura perdeu esse controle, todo mundo quer ser camelô é muito fácil, vai lá compra uma banca e instala. Aluga um salão igual aquele ali que o (fulano) fez ali pra camelô, ai botou lá, 80 camelô. O outro fez lá e ta cheio de camelô, do outro lado neh, então da aqui a pouco um cara vem, aluga um terreno ali vem e mete de camelô e as autoridades não vê que tá.

E: Os vereadores também não se posicionam?

C: Não, eles tem medo porque quando a gente aperta de um lado, ai eles vem e falam, a não mais, e os coitado de lá e o coitado do empresário ele não vê.

E: Os camelôs bolivianos chegaram junto com os camelôs brasileiros ou depois que os brasileiros estavam instalados?

C: Mais logo em seguida, enquanto estavam aqui só tinha brasileiro, e quando veio pra essa praça, logo assim três, quatro meses depois apareceram os bolivianos.

E: Você lembra mais o menos em que ano foi?

C: Com precisão não, ai a gente brigou muito sabe, eu por exemplo fiz muito, muitas reuniões, provoquei reuniões, e depois sofri ate ameaças, a minha família ficou apavorada, fazendo ligações, a minha filha que atendia, aquela coisa, o vandalismo, neh, porque ali é o seguinte ali tem gente boa, ali tem cidadãos que precisam trabalhar pra manter uma família, mais ali tem muitos para safadeza, pessoas que vendem armas, munições sabe, não tem fiscalização, ai de vez em quando a receita federal dá uma blitz por ali, ai resolve aprender um ônibus que vem, tomam toda aquela mercadoria fica um

ano sem fazer, e eles estão proibidos. Agora a prefeitura diz que esta resolvendo da seguinte maneira, ta botando a taxa mais alta sabe, que eles pagavam lá, não sei quanto parece que era R\$10,00 reais, agora estão cobrando R\$60,00 reais.

E: Mensal?

C: Parece que é, eu não entrei mais em esses detalhes porque como eu já falei pra você eu cansei, agora eu deixo lá as autoridades estão percebendo que o prejuízo maior está sendo pra o estado, entendeu, porque o prefeito me chamou lá e pois o comércio esta deixando de pagar impostos, e claro não está vendendo como é que vai pagar? Não tem condições, ai ele diz que não nos vamos resolver nós temos interesse, que eles estão preocupados ate lá encima, parece que o governo federal quer resolver essa questão. E aqui a receita federal foi bem categórico, me diz que o dia que ele receber uma orientação da esfera federal falando que é para acabar com isso ele acaba em trinta minutos. Encosta caminhões lá junta o exercito, policia federal, jogando tudo encima e quem voltar vai preso. Agora que eles vão correr atrás de políticos, vereadores,..... Agora como eu te falei eu particularmente não tenho nada contra esse pessoal, contra aqueles comerciantes eu ate entendo que eles precisam trabalhar, , agora tinha que ser numa escala menor, e não como eles estão fazendo hoje porque essa questão da economia informal desde quando existe mundo que ela existe, quando eu era moleque por exemplo, lá no Nordeste que eu nasci eu lembro que tinha um pessoal que chamava de camelô, de vendedor ambulante mais você chegava na rua e era uma banquinha que mal dava pra pessoa ficar na frente ali e vendia o que?, presilhas de cabelo, lembra? Neh? Negocinhos batonsinhos, esmalinhos, não sei o que, linha, agulha, sabe, uma coisinha mesmo, quinquilharia, assim pra pessoa vender aquilo e ter o dinheiro no final do dia pra atender a família dele. Agora ali não, ali ta dando enriquecimento pra muita gente, tem gente de carro novo, de moto nova, ta construindo, qual o comerciante hoje que esta construindo nada, trocando de carro? se você ve o que o empresário paga pra se manter firme no seu comercio você não acredita.

8. - ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIO DA PREFEITURA

DATA: 16/12/1998

E: Entrevistador

F: Funcionário da prefeitura

E: A respeito da condição de regularidade dos camelôs?

F: Bom, eles estão em uma situação irregular.

E: Nos sabemos que eles estão instalados na cidade, e que além dos camelôs brasileiros existem camelôs bolivianos você me confirma isso?

F: Claro, e isso está sendo um problema pra nós.

E: Existe alguma diferença entre o trato dos camelôs brasileiros e dos camelôs bolivianos?

F: Sim, o único problema que está havendo, é que hoje, o comércio formal aqui da cidade né, eles tem reclamado muito do camelô que vende roupa. É que antigamente quando começou o camelô todo mundo começou a vender brinquedo né, então o que que ocorreu? hoje não se encontra uma loja mais de brinquedo na cidade. Não tem mais como concorrer, não tem como concorrer desse pessoal, né. Então o que que ficou? Ficou as lojas de, as lojas de confecções, né, e essas lojas de confecções já estão sofrendo o mesmo problema das loja de brinquedo. Os camelô, principalmente os boliviano só vende roupas, a maioria não vende brinquedo tá vendendo roupa. Então a gente tá proibindo como atividade de camelô, roupa, porque tem roupas caras ali, tem importados, confecções, que não é considerado produto de camelô, porque camelô na realidade seria quinquilharia né, coisa pequenininha, miudeza, né. Então a gente tá combatendo isso pra que de janeiro, vão ser, os camelôs que vendem roupa independente se é boliviano ou brasileiro, ele vai ter que deixar essa atividade. Quem vende roupa vai ter que passar pra brinquedo pelo menos ou legalizar a situação deles.

E: Eles vão ter que fazer o que para legalizar a sua situação?

F: Olha, eu acho que a maneira mais viável seria a formação de uma cooperativa. Por exemplo pegar um grupo.

E: Como uma associação?

F: É, ter uma associação, que estes camelô que vende roupa podia fazer uma cooperativa e legalizar a cooperativa. Eles poderia tranquilamente vender roupas de igualdade com o comércio formal.

E: Com relação as taxas, eles pagam alguma coisa?

F: Pagam, a não ser pra agora, mas nos emitimos a partir destes dois meses atras eles, nos já enviamos os boletos de cobrança, uma taxa de serviços públicos. Que é equivalente mas o menos a 35 reais que é por mês, né. Seria mais uma taxa, né, porque imposto geralmente não pode ser cobrado porque não é uma atividade legal. E isso daí é o mínimo que eu acho que a prefeitura pode cobrar. Porque por exemplo hoje um comercio que você pode montar um comercinho, um barzinho, umaaaa... um pequeno comércio informal, o mínimo de taxa que você paga é 180 reais, ai tem contador, aquele troço, ICM eles não, não tem despesa nenhuma, é livre, 35 reais por mês né, e tem muito camelô....

E: Independentemente de ser camelô brasileiro ou camelô boliviano?

F: Ate dezembro eles pagam um pouco mais porque tem uma, um produto já mais caro uma circulação maior né, eles vendem jaquetas de 150 a 180 reais sabe, então eles pagam uma taxa maior que é de 50 reais. Agora a partir de janeiro eles não vão poder pagar essa taxa porque não vai mais existir os camelô de roupa né. Porque ou eles legalizam ou arrumam uma cooperativa ou uma pequena empresa individual né, ou mudam de atividade, de ramo de atividade.

E: O seja que se eles formarem uma associação eles teriam condições de estar atuando nesse ramo?

F: Não, tem que ser uma cooperativa, associação não, associação eles já tem. a cooperativa é que lhes permite a legalidade.

E: Seria melhor então?

F: Não resta duvida, seria uma concorrência mais leal. Você vê, você não encontra mais loja de brinquedo. Não tem como concorrer, você vê o Pantanal que era uma potência aqui na região, fechou.

E: Já fechou as portas?

F: Já, não, então fechou a parte de brinquedos não tem mais nada, mais nada, ele está liquidando. Então a gente quer preservar pelo menos o comercio formal porque a arrecadação do governo se for somar depois que recolhe, i aí a arrecadação municipal está em queda

E: Não tem nada da lei que fale sobre isso especificamente?

F: Não, a lei tem é uma instrução normativa. Do que é a disciplina, o que que é a atividade de camelô, o seja, atividade de camelô... você acha que vende o que? vende

miudezas, tá, especifica né, que são produtos de pequeno porte, né, então as roupas né, não é.

E: Essa parte da entrada da mercadoria...?

F: Isso daí é tudo ilegal. Quem tem que ver isso é a receita federal e a polícia federal. Porque a prefeitura simplesmente está cobrando independente de qualquer força. Se amanhã a polícia federal chegar lá e fechar tudo, a prefeitura está isenta de qualquer responsabilidade. A fiscalização tá permitindo, não só aqui como nas barreiras no Paraguai. O maior problema no Brasil é isso aí, eu acho, né. Você vê que ali na ponte que seria um lugar de fácil controle aparentemente seria fácil o pessoal encontrar mil e uma soluções. Imagina aqui na fronteira, você com uma Bolívia dessas que tem centenas de estradas, de cidades, um Pantanal imenso pra você.... Como que você vai proibir? Então não teria como você... Hoje, se você chegar num camelô desses aí e falar...o, amanhã eu quero um teclado, amanhã ele te arruma um teclado, se eu quero um computador, amanhã ele te arruma. Então não tem como a receita ou polícia federal, não tem como, se lá na cara da fiscalização que é no Foz de Iguaçu, tem uma ponte e estão encontrando mil e uma dificuldades, imagina aqui. nessa região, 24 mil quilômetros...

Se você chegar na banca dele, você não vê nada mas ele guarda em algum lugar estocado, escondido muitas vezes. Você vai lá na banca dele e ele pergunta o que você precisa aí você diz, de um binóculos e aí em dois dias ele te arruma. Assim que eles trabalham. Então nessa questão de roupa a gente vai bater duro porque a gente tem uma preocupação de que mas tarde ninguém começar a vender mais roupa aqui. O pessoal ali na 7 de setembro já tá

reclamando de mais, a todo momento vem reclamação aqui né. Agora com essa reforma fiscal aí os tributos aumentaram, as empresas..., está archoado sabe, muitos tributos e aí não agüentam.

9. - ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIO DA RECEITA FEDERAL

DATA: 17/12/1998

E: Entrevistador

F: Funcionário da receita

E: Como que funciona essa parte comercial? O camelô, ele tem como entrar no país com seu produto de forma legalizada?

F: Veja, essa entrada é ilegal, tá, não se tem uma importação normal. O camelô, ele entra pela Exatoria, que fiscaliza. Então ele não passa pela zona primaria, ele passa pela alfandegária. Para passar pela zona primaria ele teria que fazer uma importação regular.

E: Existe uma quota permitida, para o brasileiro ou para o boliviano?

F: Essa quota não existe para comercialização, é uma quota individual. O problema aqui é que esta é uma fronteira atípica. A Receita Federal, ela não está na fronteira, isto aqui esta a 300 quilômetros do ponto alfandegário que seria a zona primaria aqui da nossa jurisdição de Cáceres né, que é lá no destacamento de Fortuna. Lá que seria a maneira das mercadorias entrarem somente no país de maneira legal. Então o que acontece, essas apreensões são feitas a maior parte das vezes pelo Exército e pela Policia Federal e ate pela Policia Civil também, ou muitas vezes pela Policia Rodoviária mais, ha muitas apreensões nem tudo entra sem problemas. Essa quota de 150 dólares, ela não contempla o comércio. Ela é para consumo pessoal e individualizado, ela é para cada indivíduo, para cada pessoa.

E: Se ele for constituir vendas, aí sim seria uma importação?

F: Aí já teria uma legislação diferente porque ele estaria importando com a finalidade de vendas. Não seria legislação de bagagem. Já seria um outro tratamento.

E: Então no que desrespeita camelô vocês não tem muita ação?

F: Não, veja, porque estamos a 300 quilômetros, a repressão tem que ser lá na entrada.

E: Então se por exemplo vocês souberem que tem um camelô com uma 30 camisas importadas vendendo lá na sua barraquinha, vocês não vão lá para fiscalizar?

F: Dessa parte eu não quero nem falar porque nos não temos estrutura, nos não temos nem pessoal ainda para ir nas ruas para fazer uma operação dessas. Eu estou pouco tempo aqui mas me parece que uma vez em Cuiabá, eles efetuaram assim, batidas por esses pontos né. Aqui na época em que eles estavam na feira teve uma apreensão feita aqui pela Exatoria mesmo. Porque para comercializar esses produtos eles teriam que ter

uma declaração de importação, tem que ter um comprovante de importação emitido pela receita federal. Mas veja, parece que a própria prefeitura ate legaliza aqueles pontos. Existem cidades que tem ate o camelôdromo, que a própria prefeitura delimita uma área para eles ficarem e tal.

E: Como é permitida a venda de produtos pelos bolivianos aqui na cidade?

F: Não, eles não podem, eles tem que ter sua permanência primeiro para estar aqui no país, o seja eles tem que ter CPF, para então poder fazer seu registro.

E: Ele teria que constituir uma firma?

F: Não, ele pode ate trazer como pessoa física desde que não seja habitual. Se se tornar habitual ele vai ter que regularizar a sua situação constituindo uma empresa.

10. - ENTREVISTA COM UM CASAL DE CAMELÔS BOLIVIANOS:

DATA: 28/11/1998

E: Entrevistador

M: Mulher Boliviana

H: Homem Boliviano

E: Vocês tem que pagar alguma coisa para comercializar neste lugar?

M: Na época do Antônio Fontes a gente não pagava agora tem que pagar.

E: Vocês fazem parte do sindicato dos camelôs.

H: Não, só os do outro camelô, a gente aqui não tem nada, es uno para todos,

E: Ah, el mismo sindicato para todos, y en que les ayuda?

H: No, a nosotros no nos ayuda porque son otros, aqui es diferente, no tenemos sindicato,

E: y si tienen algún problema quien los ayuda?

H: Nadie. Pero aqui no tenemos problema. El documento que nos da la prefeitura es suficiente, nos pide el documento que la policia nos dio con la anistia ya no hay problema.

E: Es tu hijo?

H: sí,

E: estudia aquí?

H: No, el ahora esta de vacaciones, estudia en Santa Cruz,

E: Como hacen com las compras?

M: A gente traz.

H: Nosotros vamos a Santa Cruz.

E: Esta ropa vino de Santa Cruz?

M: No, aquí mesmo, a gente compra aquí mesmo. Hay otros que la traen. então facilita.

OBS: enquanto estive lá observando apareceram duas pessoas para comprar, a senhora vendeu em português, já o esposo falava em portunhol quase que o tempo todo.

As outras fitas com gravações de camelôs bolivianos não transcrevi devido a que nelas eles falam o empo todo em portunhol também.

11. - ENTREVISTA COM PROFESSOR DE SAN MATHIAS

DATA: 14/02/1999

E: Entrevistador

P: Professor de San Mathias

E: Puede usted, comentar algo sobre las relaciones comerciales de San Mathias con la ciudad de Cáceres?

P: Bueno el problema del intercambio comercial comenzo cuando las autoridades del Estado de Mato Grosso buscaron la integración latinoamericana de bastante tiempo atras si no me equivoco podriamos decir que hace como tres decadas aproximadamente. Mucha gente de Cáceres participo como tambien autoridades del gobierno del Estado Mato Grosso. Unos de los pioneros con bastante enfasis fue el Dr. Antonio Fontes quando ejercia las funciones de prefeito en la ciudad de Cáceres. El cumplia las funciones no de un prefeito sino de un embajador de la región porque fue hasta mucho mas alla de Bolívia, el llego hasta Arica, Chile, y otros lugares en busca de como hacer crecer Mato Grosso. Su objetivo no era solamente Cáceres si no Mato Grosso e infelizmente creo que ese trabajo ha sido paralizado porque no le han dado continuidad. Se nota y se siente lo tanto que se ha detenido ese trabajo.

Con respecto al comercio informal, lo que ustedes llaman de camelô nació em aquella epoca. Nació como respuesta al acuerdo de intenciones entre el gobierno del Dr. Jose Sarney y su homologo Dr. Victor Paciencia aqui en Bolívia. Posteriormente fue el licenciado Jaime Pasamora y el Dr. Fernando Collor donde ambos han dado con mucha enfasis la frontera de Bolívia en Puerto Soares con Corumbá y Cáceres con San Mathias. En el acuerdo de estos dos gobiernos categoricamente se habla de Cáceres - San Mathias dentro del programa de acción conjunta que sin embargo esta paralizado. El comercio informal ha crecido o creció en el Brasil por el valor elevado del real una vez que ha dado sus primeras devaluaciones el comercio boliviano ja no es interesante para el Brasil, ahora el comercio interesante es inverso ja con articulos brasileiros se esta entrando a Bolívia. Y la respuesta del comercio informal cederia a que? Tendria que haber habido una respuesta efectiva. Los bolivianos, nosotros admitimos o aceptamos el ingreso de vehiculos de alto tonelaje a Bolivia como consumo interno brasileiro e ingresan a Bolivia y no cobramos impuestos y tampoco cobramos la tramitacion, entra un trailer cargado de diferentes mercaderias, entran productos de Mato Grosso. Acá se

comercializa livremente y en respuesta a eso se busco tambien mediante el comercio informal semi nivelar o equiparar la balanza comercial. Nostros de Bolívia compramos 800 o 900 millones de dolares por año pero al Brasil nosotros no le vendemos mas que 70 o 80 millones de dolares. Ese es una de las razones en el que se ha buscado como, si nosotros compramos del Brasil tambien tenemos que venderle porque no es justo que solo compremos e nosotros no vendamos entonces no habria equilibrio comercial. Los comerciantes ambulantes que asi nosotros le llamamos y ustedes los llaman los camelô fueron asentados en la epoca del Dr. Antonio Fontes, fue una exepción muy especial. Esa gente son de origen del altiplano de los valles y quizas con muy poca exepción del oriente, quando nosotros hablamos del oriente, del valle y del occidente estamos hablando del otro extremo de Bolívia. Essa gente no son del departamento, del municipio. Son gente que han venido de La Paz, de Oruro, en fin de otros lugares pero ellos vinieron en busca de un assentamiento porque el real tenia buena aceptacion y su costo era alto pero ahora el real ha dado algunas devaluaciones que ha dejado de ser tan llamativo casi como el dólar. Entonces esta devaluación ha traido esta paralización. Los tratados internacionales han beneficiado tanto a brasileiros como a bolivianos. Existe un acuerdo por estar en una area franca de frontera común que tiene un tratamiento muy especial que solo con el uso de los carnets de identidad se aceptan tanto los brasileiros en Bolívia como los bolivianos en el Brasil haciendo un viaje de turismo pero si es para otra ciudad mas lejos entonces sí se necesita el pasaporte.

12. - ENTREVISTA COM CAMELO BOLIVIANA (estudiante em férias)

DATA: 26/04/2000

E: Entrevistador

C: Camelo Boliviana (estudiante em férias)

E: Puedes explicarme un poco sobre las personas que ustedes llamam en Bolívia de cambas y collas? Eso los disminuye en algo?

C: Mira, el colla es como decir el cacerense, el colla es de una región. Sólo que como tienen muchos indios en esa región a veces es asimilado para una manera de ofender, de disminuir, o como chiste, como decir aquí que el cacerense es bugre. Pero no necesariamente que el colla sea indio porque tu sabes que todos somos descendientes de indios, eso sería un preconceito. Mira, Bolivia esta dividida entre los collas y los cambia. Los cambia son de Santa Cruz y los colla son de La Paz, Oruro, del Altiplano. Allí es que están concentrados la mayor parte de los indios pero te repito que no necesariamente el colla es un indio.

E: Y tú de donde eres? Tú eres un colla o un cambia?

C: Yo soy cambia porque soy de Santa Cruz.

13. - ENTREVISTA COM CAMELÔ BOLIVIANO

DATA: 26/01/2000

E: Entrevistador

C: Camelô Boliviano

E: Me gustaria saber si puedo hacerla algunas preguntas?

C: Bueno, sí, no sé si puedo ayudar mucho pero diga.

E: Hace tiempo que ustedes trabajan aqui junto con los camelôs brasileños?

C: Bueno, sí, estamos hace já algun tiempo desde la epoca del alcalde Antonio Fontes, Estabamos todos atras de la rodoviaria y despues nos mandaron a toditos a salir de allá, todo el mundo junto con los camelôs brasileños.

E: Todos se llevan bien aqui? Usted cree que en algunos momentos los dejan medio que de lado en algunas cosas?

C: No, realmente no, no tenemos problemas porque somos todos camelôs, nosotros tambien tenemos que pagarle a la alcaldía solo que si hay una diferencia, se supone que solo podemos vender ropa, pero esta bien, alli la llevamos!

E: Este local es de ustedes?

C: No aqui en este lado nosotros pagamos un alquiler pero alla en el otro lado la majority creo yó compró el terreno.

E: Allá tambien hay camelôs bolivianos? Ustedes son bastantes camelôs bolivianos?

C: Sí, sí hay, pero allá tienen una asociación aqui no tenemos, parece que se peliaron, yó no se de nada, solo sé que nosotros aqui no tenemos asociación. Hoy no somos tantos muchos se han ido por causa de la monéda, porque no vale tanto, pero cuando estabamos atras de la rodoviaria habiamos bastantes camelôs.

E: Puedes explicarme un poco sobre esa cuetion de los cambia y de los colla? Es decir los cambia se sienten que son mejores porque viven en Santa Cruz?

C: Bueno, sí, nosotros somos collas, por causa de la región donde vivimos, del altiplano, entiendes y los que són de Santa Cruz los llamamos de cambas. No para nada, realmente no importa que me llamen de colla, porque soy del altiplano, y soy boliviano igual que el cambia no es porque ellos son mas rubios y blancos que son mejores.

14. - ENTREVISTA COM ESTUDANTE BRASILEIRA (estudiante de arquitetura)

DATA: 15/02/2000

E: Entrevistador

B: Estudante brasileira

E: Me explica o que significa a palavra collas, quem são eles?

B: Dicen que todo colla es un indio.

E: Quem é que chama quem de collas?

B: Ellos mismos tambien se llaman asi, pero es muy dificil encontrar una persona que diga yo soy colla, por ejemplo, una persona de Potosí, si le preguntas de donde eres ? él te va a decir que es potosino no te va a decir que es colla. Los cambia son mas probable que los llamen asi. Al contrario los cambia tienen orgullo de ser cambia porque los cambia son de Santa Cruz, hay mucha emigración de alemanes, hay muchos blancos, son personas mas blancas entonces ellos se sienten superiores. Y por otro lado los colla tienen los trazos de indios, de andinos. Otra cosa es que cuando el colla consigue estudiar tiene mucho mas interés por la literatura por lo que está relacionado con la cultura, mas interés que un cambia.

E: Como es la convivencia entre ellos ?

B: Entre el colla y el cambia? El cambia discrimina el colla, lo discrimina mucho. Por ejemplo en la universidad que tengo amigas colla y amigas cambia es como la discriminación del Negro. Porque el colla es muy covarde, así, el no te dirige la palabra de frente el baja la cabeza, te mira de lado, Como te puedo decir? Te estoy diciendo de una forma mas general es claro que no son todos igual existen las excepciones. Mira, ellos quieren dejar bien claro que la parte indigena es la parte de los colla y que en Santa Cruz son otros, ellos quieren dejar bien claro que son iguales al resto del mundo tipo asi como los brasileños. Los colla trabajan mucho con comercio con ventas. Otra cosa además del colla tambien existe las cholas, son aquellas que se visten con el traje típico de faldas anchas y usan el cabello tejido en moños y ellos si conservan su cultura indígena inclusive el gobierno hace como unos dos años atras hubo una mujer que era chola que estuvo en el poder y se vestia igual que las otras cholas con su traje típico conservando su costumbre. Ya con los cambia uno nó ve eso, porque son mas descendientes de emigrantes.

E: Entonces los que viven en La Paz son los colla?

B: Si, son todos collas en La Paz. É muito engraçado que os colla não falam, o camba não, o camba ele fala eu sou camba mas o colla não fala eu sou colla, ele fala eu sou pacenho (La Paz) eu sou potosino (Potosí) então eles mesmo assimilam essa discriminação. Agora é bom que fique claro que não necessariamente o colla é o índio tem a ver com a região.